



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

CHARLOTTE FERREIRA TOCQUER

A PERSISTÊNCIA DA DICOTOMIA ENTRE CIVILIZAÇÃO E
BARBÁRIE COMO UM INSTRUMENTO DE DESUMANIZAÇÃO E
SEUS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS

Rio de Janeiro

2025

CHARLOTTE FERREIRA TOCQUER

**A PERSISTÊNCIA DA DICOTOMIA ENTRE CIVILIZAÇÃO E
BARBÁRIE COMO UM INSTRUMENTO DE DESUMANIZAÇÃO E
SEUS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS**

Monografia apresentada ao Departamento de
Psicologia do Centro de Teologia e Ciências
Humanas da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em psicologia.

Orientadora: Fernanda Mendes Lages Ribeiro

Rio de Janeiro

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que me ajudaram de tantas formas em todo o meu processo de formação, me apoiando e me oferecendo tantas oportunidades para crescer.

Agradeço muito ao Fernando Tenório, meu supervisor e uma das minhas maiores inspirações na Psicologia e na Saúde Mental, obrigada por cada troca, cada aula e supervisão. Te admiro imensamente!

À Maria Helena Zamora, minha orientadora em Monografia I, que admiro tanto. Muito obrigada por acreditar em mim e no meu tema e por se importar tanto quanto eu. Obrigada por todo o apoio, pela ajuda e pelas trocas, e pelos livros que guardo com tanto carinho.

À Fernanda Mendes, minha orientadora em Monografia II, agradeço pelas trocas, pelos livros emprestados, por me fazer refletir e por me ajudar a ampliar a minha pesquisa. Tenho muita admiração por você!

Amanda e Mel, obrigada por me ajudar materialmente com esse trabalho, a partir das suas experiências como pessoas já formadas, vocês me ajudaram muito nesse processo! Agradeço também os momentos de fofoca e descontração, que foram essenciais para manter a minha tranquilidade esse ano.

Yasmin e Luísa, obrigada por me acompanharem nos momentos academicamente tensos desse ano, teria sido uma experiência muito mais solitária sem vocês. Lembro de querer vocês como amigas nas aulas online, fico muito feliz de me formar com vocês!

Theo, Enzo, Analu, JG e Carol, agradeço por todo o apoio e todos os momentos que tornaram tudo mais leve, por me fazerem rir e por sempre acolherem minhas emoções e me acompanharem em todos os momentos em que precisei.

A Clara, agradeço por acompanhar cada pensamento e emoção que tive durante esse ano (e nos últimos três anos). Obrigada por ser você e por todos os momentos que fazem tudo ser melhor, te amo muito!

Valentim, não esperava me aproximar tanto de alguém tão incrível como você esse ano, mas fico muito feliz que aconteceu! Cada momento com você nos últimos meses foi como estar de férias e conseguir respirar, obrigada por estar sempre tão presente de forma tão constante.

Em uma noite sem estrelas

*Em uma noite sem estrelas,
eu viro de um lado para outro.
A terra treme, e eu caio da cama.
Olho pela minha janela. A casa
vizinha não existe mais. Está deitada, como um
velho tapete no
chão da terra, pisoteada por mísseis, largos
chinelos
voando de pés sem pernas.
Eu não sabia que meus vizinhos ainda tinham
aquela pequena TV, que aquele quadro
antigo ainda estava pendurado em suas paredes,
que a gata deles tivera filhotes.*

(Mosab Abu Toha, 2022)

RESUMO

Este trabalho investiga como os conceitos de civilização e barbárie e as ideias associadas a eles foram instrumentalizados ao longo do tempo e são acionados hoje, de forma a gerar e/ou incrementar processos de desumanização de diversos grupos e povos sobre os quais se exercem atos de violência extrema, justificados e legitimados por tais conceitos e ideias. O trabalho problematiza os processos cognitivos, emocionais e sociais que podem levar pessoas a cometerem atos de violência desumanizante, a partir da internalização de ideologias e discursos como a dicotomia entre civilização e barbárie. Além disso, discute os efeitos psicossociais da violência sobre as subjetividades das pessoas desumanizadas e as possíveis vias de acolhimento e tratamento.

Palavras-chave: Civilização, Barbárie, Desumanização, Efeitos Psicossociais, Violência

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Método.....	9
3. Discussão.....	10
3.1. Civilização e barbárie.....	10
3.1.1. Civilização.....	10
3.1.2. Barbárie.....	13
3.1.3. A dicotomia entre civilização e barbárie e sua persistência.....	14
3.2. Desumanização.....	17
3.2.1. Definindo desumanização.....	17
3.2.2. Fatores que levam à desumanização.....	18
3.2.3. Consequências da desumanização.....	24
3.2.4. Impactos psicossociais da desumanização e possibilidades de cuidado.....	36
4. Considerações finais.....	48
5. Referências bibliográficas.....	51

1. Introdução

Tendo nascido em 2001, a Guerra ao Terror¹ foi um discurso presente desde sempre à minha volta, com a islamofobia e a vigilância exacerbada sendo grandes marcadores dessa época. Cresci vendo notícias nos jornais a respeito das guerras no Afeganistão e no Iraque, que traziam de forma repetida e intensa a necessidade de se combater o terrorismo, e a naturalização da violência cometida contra as populações dessa região do mundo. Além disso, pelo fato de metade da minha família ser da França, passei muitas férias lá, e o que me marcou muito foi o que ocorreu a partir do atentado de janeiro de 2015 à sede do jornal Charlie Hebdo, em Paris.²

Lembro que família e conhecidos expressavam sentir medo de ataques terroristas, mesmo estando em Marselha e não em Paris. Lembro dos jornais tratando o atentado de forma parecida ao discurso da Guerra ao Terror, lembro do exército nas ruas e a atmosfera de medo constante, e dos meus conhecidos com um discurso que me incomodava e assustava. Um dos elementos mais marcantes desse discurso era uma demanda por mais repressão e vigilância, com pessoas reclamando que nem todos os estabelecimentos estavam fazendo revistas na entrada. Lembro também de uma islamofobia acentuada e muito clara, com diversos comentários islamofóbicos sendo feitos, o que me incomodava profundamente.

Nessa época comecei a pensar que não era possível que um povo inteiro fosse violento e retrógrado da forma como a mídia e as produções culturais retratavam árabes e muçulmanos, aliás, dois grupos que são tratados como se fossem um único e mesmo grupo, com as mesmas características, quase sempre negativas. Esses acontecimentos me levaram a começar a pesquisar um pouco sobre esses povos e sobre como o medo do terrorismo levava populações quase inteiras a não apenas aceitar como demandar uma vigilância e repressão redobradas do Estado, além de aceitar e exigir também que violências fossem cometidas contra pessoas que identificavam como terroristas.

Conjuntamente com isso, comecei a me interessar pela questão palestina a partir da Guerra em Gaza de 2014³, e lembro de sentir uma revolta muito grande em relação às poucas notícias que eu via a respeito dela. No entanto, foi a partir da intensificação do genocídio

¹ Ver <https://diplomatie.org.br/vinte-anos-da-guerra-ao-terror/> Acesso em: 27 out. 2025

² Ver <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/tiroteio-deixa-vitimas-em-paris.html> Acesso em: 27 out. 2025

³ Ver <https://www.monitordooriente.com/20200708-relembrando-a-ofensiva-israelense-contr-gaza-de-2014-2/> Acesso em: 27 out. 2025

palestino em outubro de 2023 que eu comecei a pesquisar de forma mais intensa a respeito do povo palestino e de sua história. A partir de outubro de 2023, passei a ver todos os dias vídeos e fotos de crianças sendo mortas e feridas, hospitais e maternidades sendo bombardeados, soldados israelenses comemorando explosões de universidades e escolas, fazendo brincadeiras com brinquedos de crianças que foram mortas ou tiveram que fugir de suas casas... Via vídeos de palestinos falando sobre suas condições de vida no genocídio, sem comida, sem casa, sem ter para onde ir, sem qualquer segurança, e a cada dia perdendo mais e mais pessoas queridas. Isso tudo me abalou muito, passava todos os dias chorando enquanto acompanhava os horrores.

Em paralelo a isso, via postagens de pessoas da minha idade, com quem estudei na escola ou que estudam comigo na faculdade, justificando e racionalizando esses atos que eu via diariamente. Dentre essas justificativas, que não poupavam nem as crianças palestinas, estavam afirmações tais como: “guerra é assim mesmo, pessoas morrem”; “as crianças árabes não são inocentes porque são ensinadas a odiar judeus e um dia vão se tornar terroristas”; “os palestinos merecem isso porque votaram no Hamas”, entre outras falas. Esse tipo de discurso também se dava no grupo da graduação de Psicologia, o que me assustava e me revoltava muito. Ver pessoas jovens, que em muitos outros aspectos se mostravam ser pessoas com valores e princípios parecidos com os meus, defendendo o extermínio de um povo, incluindo crianças, me fez pensar sobre como essa questão está presente e muito próxima de nós. Além disso, também me fez refletir sobre como a desumanização pode chegar a tal ponto que pessoas que não têm interesse próprio no genocídio podem defender essas atrocidades. Assim, comecei a me interessar mais a respeito dos discursos envolvidos na defesa do genocídio, e a respeito de como a desumanização pode chegar nesse ponto, se dando de forma tão naturalizada.

Percebi que o discurso envolvido na justificativa do genocídio palestino é muito parecido com todo o discurso da Guerra ao Terror no início dos anos 2000, e à medida em que fui pesquisando sobre outros genocídios, percebi que há muitos elementos em comum entre todos eles, principalmente no que se refere ao discurso desumanizante em torno deles. Também passei a pesquisar mais a fundo sobre a retórica utilizada na legitimação Guerra ao Terror e na legitimação do genocídio palestino, e percebi que em ambos os discursos, estão presentes de alguma forma os elementos “civilização” e “barbárie/selvageria”, numa ideia colonialista de “povos civilizados” (representados, na maior parte das vezes, pela Europa,

Estados Unidos e Israel) e “povos não civilizados” (no caso do discurso da Guerra ao Terror, os povos do Oriente Médio). Através dessa ótica colonial, os povos civilizados teriam o dever de “levar a civilização” aos povos não civilizados, algo que se faz presente, por exemplo, no discurso frequente estadunidense de “levar a democracia e a liberdade” a países do Oriente Médio, o que se traduz geralmente em levar mísseis, bombas e destruição em massa a esses lugares. Observar esses fatos me fez pensar no colonialismo, e em como havia essa ideia de “levar a civilização” aos povos não-europeus, o que levou a tantos genocídios e etnocídios, à escravidão de milhões e à subjugação de tantos povos ao poder Ocidental. Esses paralelos me fizeram refletir sobre como o discurso colonialista continua persistindo, e como isso justifica uma série de atrocidades, ao ser um discurso amplamente internalizado e normalizado.

Pensando nisso tudo, me pareceu inevitável escrever minha monografia sobre a persistência desse discurso que, seja de forma mais explícita ou não, coloca a civilização em oposição à barbárie como forma de desumanizar certos povos, legitimando crimes contra a humanidade. Os crimes legitimados pela normalização dessa desumanização geram importantes impactos psicossociais, que devem ser evidenciados e discutidos, para que possamos pensar e compreender os possíveis papéis da Psicologia em relação às vítimas dessa violência.

O objetivo dessa monografia é analisar como os discursos desumanizantes que partem do princípio da dicotomia entre civilização e barbárie levam a atos desumanizantes extremos, configurando violações de direitos humanos. O estudo pretende, em um primeiro momento, apresentar as definições de civilização e barbárie, demonstrando como esses conceitos foram utilizados ao longo do tempo, e como se dá a oposição entre eles nos discursos, demonstrando a sua persistência. Em um segundo momento, pretendo aprofundar o tema da desumanização, apresentando algumas de suas características, para em seguida abordar suas consequências, dentre elas a normalização de violências cometidas contra populações desumanizadas e o adoecimento psíquico dessas populações. A pesquisa foi pensada e construída principalmente a partir do viés da Psicologia Social Histórico-Crítica, enquanto área da Psicologia que se propõe a estudar o comportamento social a partir da análise histórica.

Creio ser fundamental que haja estudos desse tipo realizados em Psicologia, pois é essencial compreender como certos conceitos e ideais geram pensamentos e atitudes

desumanizadoras, levando pessoas comuns a justificarem e cometerem violações de direitos humanos, legitimando essas ações. Acredito que um dos deveres éticos e morais da Psicologia seja o de compreender o que leva esse tipo de fenômeno a ocorrer, para evitar que isso aconteça, pois essa desumanização tem consequências psicossociais devastadoras, levando ao adoecimento psíquico. A partir disso, devem ser pensadas estratégias de cuidado para contemplar as demandas decorrentes dos impactos da violência desumanizante.

2. Método

Esta monografia utilizou como método a pesquisa qualitativa, desenvolvida através de uma revisão bibliográfica livre de artigos e livros e de levantamento documental através da análise de artigos de jornais e outros documentos, que puderam aportar contribuições à identificação e desenvolvimento dos conceitos centrais à pesquisa. As palavras-chave utilizadas foram: desumanização, civilização, barbárie, psicologia, psicossocial. Os bancos de dados utilizados na busca de artigos foram SciELO, Google Acadêmico, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Também busquei informações em livros indicados por colegas e professores e que eu já possuía e em teses e artigos acadêmicos e jornalísticos que eu havia lido anteriormente. Por ter escolhido o recorte específico da dicotomia entre civilização e barbárie para pesquisar a respeito de como se dá a desumanização a partir desses conceitos, e seus impactos psicossociais, foi difícil encontrar artigos brasileiros que correspondessem ao meu tema, sendo a maioria das referências encontradas de autores dos Estados Unidos e de países árabes.

3. Discussão

3.1. Civilização e barbárie

3.1.1. Civilização

Existem alguns usos principais da palavra civilização. São eles: civilização enquanto uma forma de organização social de algum grupo específico, podendo se referir a diferentes civilizações que coexistem ou que se sucedem, em diversos lugares; civilização enquanto processo histórico civilizador; e civilização enquanto resultado desse processo histórico, representando um ideal antitético à selvageria e à barbárie. Assim, é feita uma distinção entre civilização como fato e civilização como valor ou ideal (Bowden, 2007). A ideia de civilização, desde os primeiros usos registrados da palavra, contém nela a ideia de progresso e de desenvolvimento, sendo associada ao longo do tempo com conflito e conquista. A civilização é uma ideia ocidental, com impactos significativos no mundo não-ocidental, principalmente quando se leva em consideração a noção de fardo ou missão civilizatória, utilizada por impérios coloniais ao legitimar a colonização de diversos povos. Bowden, em seu artigo *In the Name of Civilization: War, Conquest and Colonialism*, argumenta que o ideal de civilização, que de acordo com ele é normativo, conjuntamente a termos antitéticos como barbárie e selvageria, têm sido usados e manipulados há muito tempo por diversas figuras políticas e culturais para racionalizar, explicar e justificar decisões e ações ao longo da História (Bowden, 2018).

Além disso, em seus primeiros usos a palavra civilização contém as ideias de civilidade e de polidez, tomadas como processos. Assim, a ideia de polir foi colocada como equivalente à ideia de civilizar, ou seja, a ação de civilizar seria a ação de eliminar qualquer fonte possível de atrito, transformando algo rústico e primitivo em algo civilizado e culto (Starobinski, 1993).

Segundo o historiador e ex-primeiro ministro francês François Guizot, que viveu nos séculos XVIII e XIX, as características definidoras da civilização europeia seriam: o progresso, o desenvolvimento e a ideia de um povo querendo mudar suas condições de vida e melhorar sua cultura. Portanto, de acordo com Guizot, essa noção de progresso e desenvolvimento é a ideia principal contida no termo civilização (Bowden, 2018). Assim, o conceito de progresso está ligado à noção de uma linha contínua, começando na barbárie e terminando na civilização, sendo um processo constante e universal de educação e

refinamento dos povos (Starobinski, 1993). Seguindo esse raciocínio, os critérios da civilização são colocados como um instrumento explícito de hierarquização, que separam os que são aceitos na sociedade internacional de Estados dos que não são considerados merecedores dessa aceitação e portanto, excluídos até conseguirem chegar a um nível civilizatório aceitável. Essa hierarquização promovida pelo termo civilização contém a ideia de que a humanidade progride universalmente por um caminho evolutivo que iria da selvageria e da barbárie até chegar à civilização, o que gerou, nos povos que se viam como os representantes da civilização, a ideia da missão civilizatória como um dever de civilizar os povos considerados selvagens, bárbaros, subdesenvolvidos, pré-modernos (Bowden, 2018).

Em seu livro *Blessings in Disguise; or, The Morality of Evil*, no capítulo *The word Civilization*, Jean Starobinski coloca que, ao longo do tempo, o termo civilização deixou de ser algo neutro e passou a representar um valor incontestável. Com isso, não é mais a civilização que é julgada, mas ela mesma se torna o critério de julgamento, a partir do qual outros valores são julgados. A partir disso, ela se torna um valor que deve ser enaltecido, e tudo que não se encaixa em seu ideal representa o mal. Assim, a civilização é vista como um processo e também como um valor sagrado. Starobinski argumenta que, com o fortalecimento dessa ideia de civilização, se torna legítimo o uso da violência para defendê-la de seus inimigos, os bárbaros, que devem ser educados ou convertidos para a civilização, e se isso não for possível, devem ser impedidos de fazer o mal (Starobinski, 1993). Essa ideia se encontra presente na noção de missão civilizatória, e também na questão da Guerra ao Terror. No texto de Bowden citado anteriormente, o autor aborda justamente o momento em que George W. Bush declarou uma “guerra ao terror” como uma “luta por civilização” em resposta aos ataques do dia 11 de setembro de 2001 (Bowden, 2018), demonstrando a conexão que há entre a ideia de missão civilizatória e a Guerra ao Terror, como dois movimentos encarregados de lutar contra a barbárie e espalhar a civilização aos povos bárbaros.

Além disso, há a ideia de civilização como uma condição ideal, ou seja, não como um sinônimo de melhoria mas enquanto diretamente oposta à barbárie. A partir disso, os povos não europeus eram vistos como não civilizados, não sendo capazes de se administrar com seus próprios meios. Com isso, surgiu a ideia de que a única forma através da qual os “não-civilizados” poderiam chegar a algum grau de civilização seria através dos europeus, que introduziriam a disciplina necessária para a criação de uma sociedade civilizada. O

conceito de “fardo da civilização” nasceu a partir disso, com o pressuposto de que a civilização é a melhor condição possível para os seres humanos, sendo de caráter universal e conhecida apenas pelos civilizados, portanto eles teriam o dever de implementá-la nos territórios incivilizados (Bowden, 2007).

A partir disso, são tomadas medidas extremas em nome da civilização, por parte dos povos autodeclarados “civilizados” contra os povos ditos “não civilizados”, sendo algo ocorrido não apenas durante a colonização mas também atualmente em nome de uma guerra ao terror, sendo esta apresentada e vendida com o objetivo de destruir o “mal” e os “inimigos da civilização” (Bowden, 2007). A Guerra ao Terror representa uma continuação da missão civilizatória também devido à ideia de que a colonização e o dever de espalhar a civilização não eram apenas para beneficiar a Europa, mas também para beneficiar todos os povos não civilizados (Bowden, 2018), com a ideia de que os povos não civilizados estariam aguardando que povos mais civilizados os libertassem e os levassem à civilização (Starobinski, 1993). Vemos essa ideia nos discursos favoráveis à colonização, que a justificaram, alegando ser benéfica para os povos colonizados, e também nos discursos relacionados à Guerra ao Terror, que alegam estar “libertando” os povos que são bombardeados e cujas terras são invadidas sob esse pretexto.

Um texto que traz algumas reflexões sobre essa ideia de libertação de povos oprimidos contida nos discursos favoráveis à Guerra ao Terror é a tese *War on Terror as a “Fight for the Rights and Dignity of Women: a Discourse Analysis of the U.S. “Liberation” Campaign for Afghan Women*, de Jessica Pacwa. Em seu texto, a autora questiona o discurso de que os Estados Unidos invadiram o Afeganistão em parte para libertar as mulheres afegãs do regime do Talibã. Pacwa cita Laura Bush, esposa do presidente George W. Bush, que coloca a Guerra ao Terror como sendo uma luta pelos direitos e pela dignidade das mulheres, insinuando que essa guerra deveria ser apoiada pelos povos civilizados (Pacwa, 2019).

Relativamente à ideia de missão civilizatória, Starobinski (1993) argumenta que as demandas da civilização se tornaram uma forma de justificar a colonização, sendo a civilização expandida através do colonialismo, que tinha como base as missões civilizatórias. Além disso, ele também traz que o objetivo principal do processo civilizatório é a assimilação de outras culturas ao catolicismo. Bowden (2018) argumenta que não seria possível alcançar o ideal de civilização sem o catolicismo, que foi o ponto de partida das missões civilizatórias. A partir da missão civilizatória, também surgiu a ideia da civilização como agente repressor,

que levaria à extinção física ou cultural (através de sua assimilação) dos povos denominados primitivos (Starobinski, 1993).

3.1.2. Barbárie

O sentido original da palavra “bárbaro” vem da Grécia Antiga, significando mudo ou incapaz de falar, sendo aqueles que não falavam grego considerados bárbaros, identificando-se essa palavra com a noção de estrangeiro. No entanto, a partir do século XVIII, foi associada à noção de primitividade, representando aquilo que não atingiu a racionalidade e o controle dos afetos, vistos como constituintes da modernidade. Com isso, as características associadas à barbárie, de primitivismo e falta de racionalidade, representavam aquilo que deveria ser excluído do projeto moderno, devendo ser transformados para se adaptarem à civilização (Said, 2003).

A partir disso, Starobinski (1993) coloca que a civilização é um conceito que define o seu próprio oposto, ou que foi formulado a fim de permitir a definição de seu oposto. Assim, as definições de civilização e de barbárie são interdependentes de certa forma e, ao definir um dos termos, definimos também o outro. Essa oposição, então, legitimava o colonialismo europeu (Said, 2003).

Bowden (2018) cita John Stuart Mill, filósofo britânico do século XIX, que afirmou que um governo civilizado é obrigado a conquistar ou exercer certa autoridade sobre seus vizinhos bárbaros, para que estes se tornem gradualmente dependentes da nação civilizada. Essa necessidade de subjugação dos bárbaros partiria essencialmente de um medo da ameaça que eles representam à ideia de civilização. Assim, o processo civilizatório pelo qual os “bárbaros” são submetidos é sempre acompanhado de muita violência por serem considerados uma ameaça, e aqueles que não alcançam o status de civilizados são removidos para outro lugar. Isso é o que ocorre em casos de limpeza étnica, por exemplo, em que determinado grupo dominante tenta eliminar violentamente uma população do lugar onde vive por ser considerada de um povo inferior àquele que ocupa o território. O filósofo alemão Immanuel Kant, que viveu no século XVIII, também expressou ser favorável a essa visão, afirmando que mesmo que os bárbaros não o machuquem ativamente, eles o machucam simplesmente pela sua condição de não civilizados, que o ameaça constantemente, e isso justificaria que fossem coagidos a se civilizar ou que fossem removidos de seu território.

Em seu livro *Necropolítica*, Mbembe (2018) apresenta as ideias de Theo Goldberg a respeito da racionalização racial surgida a partir do século XIX, que possui duas tradições principais, sendo elas: o naturalismo e o historicismo. O naturalismo diz respeito à suposta inferioridade dos povos que deviam ser colonizados e subjugados à civilização ocidental, e o historicismo diz respeito à caracterização desses povos como historicamente imaturos, devendo ser educados pelos colonizadores. A partir disso, puderam surgir as ideias de que seria necessário destruir culturas para salvar os povos de si mesmos.

3.1.3. A dicotomia entre civilização e barbárie e sua persistência

Atualmente, a visão dicotômica que coloca uma oposição entre a civilização e a barbárie se encontra de forma mais presente no contexto da Guerra ao Terror, já havendo sido citadas falas do ex-presidente estadunidense George W. Bush que demonstram a ideia da Guerra ao Terror como uma missão civilizatória que persiste no século XXI. Contudo, há outros exemplos que retratam esse discurso, como a fala do embaixador Baker em setembro de 2001, em que afirmou que os ataques sofridos pelos Estados Unidos representavam não só um ataque a esse país, mas também um ataque às sociedades civilizadas de todo o mundo, representando uma agressão aos valores que “nos” separam dos animais, como a compaixão, a tolerância e o perdão (Jackson; Lawler; Guittet, 2005). O conteúdo do discurso do embaixador ilustra de forma muito clara a persistência dessa dicotomia, sendo ela incorporada nos discursos oficiais como forma de colocar os países ocidentais ao lado dos Estados Unidos na luta contra os “não-civilizados”, que são aproximados a animais.

O atual genocídio palestino em Gaza também evidencia essa oposição, presente no discurso de pessoas ocupando diversas posições no governo israelense. Um dos exemplos mais emblemáticos no contexto do genocídio palestino é a fala do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, que declarou, em outubro de 2023, que o conflito com o Hamas seria uma guerra entre as forças da luz e as forças da escuridão, entre a humanidade e o animalismo (The Times of Israel, 2023). Essa declaração ilustra justamente a oposição entre luz e escuridão, utilizada nos discursos coloniais como forma de hierarquizar o Ocidente em relação aos povos “não-civilizados”.

Um conceito importante para se pensar as formas como essa dicotomia se apresenta ao longo do tempo, se atualizando de acordo com as diferentes épocas, é o conceito de orientalismo de Edward Said, acadêmico, crítico literário e ativista decolonial palestino. Said

desenvolveu esse conceito em seu livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, e pode ser definido como um conjunto de teorias, imagens e conhecimentos produzidos pelo Ocidente acerca do Oriente, criando-se assim uma imagem do Oriente para o Ocidente (Said, 1978). O conceito de orientalismo foi muito bem definido e elaborado no artigo *A psicanálise como operador diferencial: entre decolonialidade e estudos pós-coloniais*, em que as autoras colocam que a conceitualização de orientalismo surge a partir da

identificação de um antagonismo que coloca em oposição o Ocidente e o que ficou conhecido, na terminologia pós-colonial, como o Outro. [...] Tal dicotomia se apresenta, não como possibilidade de desprendimento e abertura [...], mas como a fundação de uma correlação que permite ao Ocidente organizar um sistema de crenças construído sobre narrativas ideológicas e imagens fantasísticas, que moldam sua representação do Outro. As imagens que o Ocidente projeta sobre aquilo que denomina Oriente passam a constituir o que se entende por “exótico”, traduzindo-se em uma espécie de totalidade que, tributária de um sistema de imagens e crenças que articula literatura, cinema, relatos de viagens, ciência e filosofia, instaura um contraste à Europa que, ao mesmo tempo, a constitui (Savi; Perelson, 2023, p. 3).

Com isso, o orientalismo representa uma série de produções discursivas realizadas pelo Ocidente acerca do Oriente, servindo à legitimação da dominação e da violência colonial, ao colocar esse Oriente não civilizado como objeto de compreensão e exploração do Ocidente (Savi; Perelson, 2023). Assim, a produção da alteridade nessa dicotomia faz parte da construção da identidade do próprio Ocidente civilizado, o que nos permite pensar que os conceitos de civilização e de barbárie são dicotômicos por definição, com a civilização se definindo em contraposição à barbárie e à selvageria.

A ideia central dessas produções acerca do Oriente é a de que essas pessoas não possuem a capacidade de se representar a si mesmas, devendo o Ocidente representá-las. Com isso, foram criadas o que Said (1978) denomina de geografias imaginadas, sendo representações do Oriente forjadas através de produções teóricas e culturais do Ocidente. Esses estereótipos construídos ao longo dos séculos acerca das regiões do norte da África e do sudoeste asiático moldaram a forma como essas regiões e as populações que ali vivem são vistas e pensadas pelas pessoas no Ocidente, demonstrando a força das representações culturais nas mentes das pessoas. Foi a partir de representações orientalistas que pessoas muçulmanas e árabes foram colocadas como sendo um grupo só, que compartilha as mesmas características, e a partir disso ocorreu uma homogeneização conceitual em relação a culturas

e regiões muito diversas entre si, sendo representadas como uma entidade única, o Oriente, à qual foram atribuídas uma série de características que inferiorizam as pessoas representadas nesse paradigma conceitual. Com isso, o orientalismo contribuiu para a criação da dicotomia entre o Ocidente civilizado e o Oriente retrógrado, sendo o Oriente representado como o Outro em relação ao qual o Ocidente se define. Assim, esse Outro oriental era (e ainda é) representado como inferior, perigoso, e necessitando de ajuda ocidental, o que confere legitimidade ao intervencionismo ocidental, desde o início dos processos de colonização do norte da África e da Ásia até o momento atual (Said, 1978).

Pode-se correlacionar, em relação a essa dicotomia, a ideia trazida por Mbembe (2018) de que a existência do Outro é percebida como um atentado ou uma ameaça perigosa à vida daquele que se coloca em oposição a esse Outro, nesse caso, o Ocidente. Atrelada a essa ideia está a concepção de que a eliminação do Outro reforçaria a segurança e o potencial de vida do Ocidente, justificando assim as violências cometidas.

Said (1978) enfatiza, em suas obras, o papel das produções culturais, principalmente da literatura, e da mídia nas representações do Oriente, correlacionando discursos colonialistas e imperialistas que têm como base a dicotomia entre civilização e barbárie com a desumanização dos povos representados. A partir das pesquisas de Said, outros autores analisaram a forma como pessoas árabes e muçulmanas são representadas na mídia e em produções audiovisuais, compreendendo que essas representações são desumanizantes e contribuem para a perpetuação de estereótipos negativos, naturalizando e legitimando violências cometidas contra os grupos representados.

Assim, atualmente, não há somente uma persistência do discurso que opõe a civilização à barbárie nas declarações políticas, como também existe essa persistência nas produções culturais, de forma mais expressiva nas produções audiovisuais estadunidenses. Arti (2007) afirma que essas representações negativas de pessoas árabes e muçulmanas servem para a legitimação da política externa estadunidense, em que a representação desses grupos como vilões gera uma desumanização que torna palatável, para os espectadores, a realização de atos violentos contra esses grupos. Isso cria um apoio às ações militares dos Estados Unidos e de outros países ocidentais nos países árabes e/ou muçulmanos, sendo um importante fator na legitimação e normalização até mesmo de crimes de guerra cometidos nesses lugares, sendo esses atos banalizados.

Com isso, observa-se que a dicotomia entre civilização e barbárie continua sendo um discurso muito presente, que se atualiza e persiste não somente em discursos políticos oficiais mas também de forma intensa nas produções culturais. Enfatiza-se, ainda, o orientalismo como importante conceito para compreender a criação e a persistência dessa dicotomia, em que civilização e barbárie são representadas respectivamente pelo Ocidente e pelo Oriente, justificando a partir disso o intervencionismo ocidental nos países definidos como orientais.

3.2. Desumanização

3.2.1. Definindo desumanização

Segundo Haslam (2006), o conceito de desumanização pode ser classificado em dois tipos, sendo eles a desumanização animalista e a desumanização mecanicista. No contexto relacionado à desumanização de raças e etnias, a forma mais comum é a animalista, sendo algo que aparece com frequência nos discursos legitimadores de genocídios, tanto antes quanto durante sua perpetuação. Dentro desse contexto, a desumanização étnica e racial também passa pela caracterização dos grupos-alvo como bárbaros sem cultura, autocontrole, sensibilidade moral e capacidade cognitiva, com apetites brutais por violência e sexo, sendo impulsivos e propensos à criminalidade e podendo tolerar altos níveis de dor. Essa visão é coerente com a visão de Cohen (2015), segundo a qual há também dois tipos de desumanização, que são: colocar as vítimas como não-humanas, as colocando na posição de objeto; e colocar as vítimas como subumanas, quando são animalizadas. Assim, no contexto da dicotomia entre civilização e barbárie, o que se observa é uma desumanização animalista e subumana, pois a caracterização de certos grupos como bárbaros opera em um lugar de animalização, por considerá-los como grupos sem cultura e movidos por seus instintos. Um exemplo desse fenômeno pode ser visto quando o Ministro da Defesa israelense Yoav Gallant caracterizou o povo palestino como “animais humanos” no dia 9 de outubro de 2023, quando defendia o fim da entrada de recursos na Faixa de Gaza como resposta aos ataques do dia 7 de outubro de 2023 (The Times of Israel, 2023).

Em seu artigo *Modern genocidal dehumanization: a new model*, Rowan Savage (2013) define a desumanização como a negação de que certo grupo é tão humano quanto outro. Para ele, se trata de uma estratégia discursiva que, por causa da suposta natureza do

grupo desumanizado, nega que os membros desse grupo mereçam o mesmo tratamento ou consideração moral que os membros do grupo que desumaniza.

Além disso, Savage (2013) identifica duas funções da desumanização genocida, que seriam a motivação e a legitimação. Ele argumenta que a desumanização é um aspecto fundamental do genocídio, pois para que um genocídio seja feito, ele precisa ser legitimado, e a desumanização cumpre essa função. Além de legitimar, ela também contribui para gerar a motivação individual e social necessárias para que sejam realizados atos genocidas.

Savage (2013) argumenta que as discussões a respeito das possíveis definições de desumanização indicam que ela possui três características fundamentais, que são: a exclusão, a negação e a essencialização. Ou seja, a humanidade das vítimas é negada, sendo elas excluídas a partir disso, e para que a desumanização ocorra é necessário essencializar a identidade dos membros do grupo desumanizado, ou seja, suas características devem ser consideradas como sendo inerentes ao grupo ao qual pertencem. Assim, no caso da dicotomia entre civilização e barbárie, a caracterização de determinado grupo como bárbaro representa uma essencialização de suas características, e com isso, todos os seus comportamentos são explicados a partir de uma suposta essência que abarca suas características, e não por um contexto sócio-histórico-cultural, por exemplo.

Assim, existem dois tipos principais de desumanização, sendo a animalista a mais frequente quando se trata da desumanização atrelada aos discursos genocidas, e ela ocorre para legitimar atos genocidas, tendo como principais características discursivas a exclusão das vítimas, a negação de sua humanidade e a essencialização de suas características.

3.2.2. Fatores que levam à desumanização

Além dos discursos desumanizantes, há também uma desumanização operada através daquilo que os discursos omitem. Essa ideia é trazida no ensaio *Violência, luto, política*, de Judith Butler, em seu livro *Vida Precária: os poderes do luto e da violência*. Nesse ensaio, Butler traz uma reflexão acerca da normalização da violência contra certos grupos de pessoas, focalizando nas pessoas árabes vitimadas pelos Estados Unidos e por Israel.

Em seu ensaio, Butler (2004) questiona quem é considerado humano e quais vidas são consideradas vidas, e o que faz uma vida ser passível de ser lamentada. Ela coloca que algumas vidas são consideradas mais vulneráveis que outras, e logo, mais merecedoras de

serem lamentadas, e que certas vidas são muito protegidas, sendo qualquer ataque sofrido por elas suficiente para gerar uma guerra, enquanto outras não recebem esse tipo de apoio e não são passíveis de serem lamentadas. Um exemplo desse tipo de discurso é o que ocorria a respeito da Guerra na Ucrânia, quando ela se iniciou. No artigo *They are 'civilised' and 'look like us': the racist coverage of Ukraine*, publicado no The Guardian em 2022, é citada a fala de um jornalista que afirmou que a Ucrânia não era um lugar como o Iraque ou o Afeganistão, sendo um lugar relativamente civilizado e europeu, no qual não se é esperado que algo assim aconteça. A partir dessa fala, o autor do artigo especula que a implicação disso seria que os ucranianos, por serem civilizados, merecem mais empatia do que iraquianos e afegãos. De modo geral, a comoção gerada por essa guerra foi muito maior do que a comoção gerada por guerras em locais em que as pessoas não são vistas como civilizadas, demonstrando o que Butler coloca em seu ensaio, ou seja, uma normalização da violência contra os povos considerados não civilizados.

Esse fenômeno configura uma hierarquia de luto, e nessa hierarquia a autora descreve os povos árabes como sendo colocados fora do que é classificado como humano, de forma naturalizada no Ocidente, o que pode ser visto como um sinal da persistência histórica da dicotomia entre civilização e barbárie. Assim, ela pontua que nossas delimitações culturais do que é humano estabelecem um limite em relação aos tipos de perdas que são de fato consideradas perdas. Ela questiona quais vidas são consideradas reais, argumentando que se a violência é cometida contra essas vidas que não são vistas como reais, a violência falha em negá-las, pois elas já passaram por esse processo de negação antes mesmo da violência ocorrer. Com isso, essas vidas não podem ser lamentadas porque são vistas como já havendo sido perdidas ou como nunca havendo existido em primeiro lugar. Nesse caso, ocorre, além de uma desumanização, uma desrealização, que determina que o “Outro” não está vivo nem morto, assumindo uma qualidade espectral, o que segundo Butler caracteriza a própria Guerra ao Terror como uma guerra sem fim, provocada por uma paranoia infinita, que se justifica infinitamente em relação à espectralidade do inimigo, que não é colocado como humano (Butler, 2004).

Assim, para Butler (2004), o discurso opera em duas dimensões: algumas vidas não são consideradas vidas e não podem ser humanizadas por não caberem nas delimitações do que é considerado humano, e essa desumanização pelo discurso leva a uma violência física que concretiza a desumanização já presente na cultura; e o discurso opera a violência através

da omissão, não havendo menção dos nomes e das histórias das pessoas mortas pelos Estados Unidos no Iraque, por exemplo. A autora argumenta que não pode haver nenhum tipo de obituário para essas pessoas, pois se houvesse, haveria também uma vida merecedora de ser valorizada, preservada e reconhecida. Assim, se uma vida não é digna de ser lamentada, não é qualificada como vida, não sendo digna de nota.

Com isso, Butler (2004) argumenta que não é apenas o discurso desumanizador que provoca efeitos desumanizantes, que na verdade há um limite ao discurso que estabelece o que é humano. Assim, certas mortes são impossíveis de serem mencionadas, e essas mortes desaparecem nas lacunas produzidas pelo discurso. Para Butler, a própria proibição do discurso em relação às mortes causadas pelo Ocidente está relacionada à desumanização dessas mortes e vidas.

Ou seja, o que ocorre de forma mais abrangente não são os discursos explicitamente desumanizantes, e sim uma recusa do discurso, o que produz a desumanização. Butler (2004) afirma que a violência contra aqueles que se encontram entre a vida e a morte não deixa marcas. Ela argumenta que o silêncio das mídias a respeito dessas mortes comunica que nada aconteceu, nenhuma perda ocorreu, e essa falha em reconhecer as perdas ocorre através de uma identificação com quem perpetua a violência. Assim, a norma que dita o que é uma vida é produzida nos atos permitidos e celebrados de lamentação pública, operando por vezes em conjunto com a proibição da lamentação pública por outras vidas, e essa operação serve aos objetivos desumanizantes da violência militar. Por ser necessário um apoio às conquistas militares, não é possível mostrar certas imagens na mídia, nem mencionar certas mortes, pois mostrar os efeitos concretos da violência militar poderia representar um obstáculo a esse apoio. Com isso, as vidas que são lamentadas são estabelecidas numa lógica de exclusão e apagamento de outras vidas. No livro *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*, Fábio Luís Franco (2021) traz a questão do desaparecimento como mecanismo necropolítico, associando esse fenômeno ao ensaio de Butler. Franco afirma que existem vidas consideradas mais importantes que outras, trazendo principalmente exemplos da ditadura militar brasileira, abordando as técnicas de desaparecimento utilizadas naquele momento. O autor argumenta que com isso, ocorre não só uma gestão dos mortos como também um controle dos vivos através do controle do luto, que é mais permitido em certos casos que em outros.

Assim, para Butler (2004), os discursos desumanizam mais através da omissão do que através de falas explicitamente desumanizantes, pois colocam certas vidas e mortes como não sendo importantes o suficiente para serem mencionadas, enquanto elevam outras vidas e mortes, dando importância a elas. Isso ocorre a partir de visões do que é uma vida digna de nota, que geralmente é colocada na posição de civilizada, e ocorre também por uma questão prática de perpetuação de uma ideologia que serve aos interesses ocidentais. Com isso, as vidas “civilizadas” perdidas justificam que se elimine as vidas “não-civilizadas”, que já não são vistas como vidas. A partir da omissão dessas mortes, há uma negação da humanidade dessas pessoas, que são colocadas como menos valiosas que aquelas cujas mortes são publicamente lamentadas, ou seja, não passíveis de luto.

Um exemplo recorrente dessa omissão é a forma como a mídia internacional tem retratado o genocídio palestino. No artigo *Framing Resistance: Western Discourse, Double Standards, and the Dehumanization of Palestinians*, os autores analisam alguns artigos publicados de outubro de 2023 a maio de 2025 em jornais como The New York Times, The Guardian, CNN, BBC e Fox News, em relação à forma como eles retratam o sofrimento israelense, em contraste ao sofrimento palestino. O que os autores encontraram foi que esses jornais estabelecem uma hierarquia em que as vidas israelenses são tratadas de forma mais empática do que as vidas palestinas, que quase não são mencionadas (H. Alaqad; Benelhadj; Hashim, 2025).

Em sua análise, encontraram que os reféns israelenses eram nomeados e descritos de forma sensível, enquanto as vítimas palestinas e as condições em que vivem não eram mencionadas, o que demonstra a centralização do sofrimento de um dos grupos, identificado com os leitores ocidentais, enquanto o outro é apagado, configurando uma hierarquia de vitimização. Os autores argumentam que essa invisibilidade reforça uma assimetria moral que dita a opinião pública no Ocidente como um todo (H. Alaqad; Benelhadj; Hashim, 2025). Essa centralização do sofrimento ocidental se mostrou de forma clara na repetição da expressão “never forget” (nunca esqueça), acerca dos atentados do dia 11 de setembro de 2001, centralizando o sofrimento estadunidense e servindo como uma forma de lembrar as pessoas a respeito da tragédia ocorrida, como se a lembrança constante desse fato tornassem legítimas as ações estadunidenses no Iraque e no Afeganistão.

Um aspecto ligado a essa hierarquia de vidas é a utilização da categoria de vítima por parte dos grupos considerados civilizados. A caracterização de um grupo enquanto vítima

opera uma justificação de qualquer ação cometida por esse grupo. Assim, ao criar a ideia de que certo grupo é a vítima absoluta de determinada situação, independentemente do contexto, se constrói a ideia de que o outro grupo, contra o qual se luta, é o responsável por todos os acontecimentos negativos no conflito entre os dois grupos. Essa ideia é explicitada, por exemplo, no discurso de Donald Rumsfeld, ex Secretário de Defesa dos Estados Unidos, em outubro de 2001 acerca da guerra no Afeganistão, quando ele afirmou que os Estados Unidos não começaram a guerra, logo a responsabilidade por cada morte na guerra seria da al-Qaeda e do Talibã, fossem as vítimas estadunidenses ou afegãos. Nesse caso, os ataques do dia 11 de setembro de 2001 funcionaram como uma defesa moral dos Estados Unidos, em que eles representavam as vítimas mais importantes no conflito, o que foi reforçado pela mídia, que evitava mostrar imagens dos civis afegãos mortos, e que não mencionava as vítimas afegãos sem mencionar também as vítimas dos atentados de 2001 (Jackson; Lawler; Guittet, 2005). O mesmo fenômeno ocorre quando um político israelense afirma que as crianças em Gaza merecem a violência extrema que sofrem a partir das ações do Estado israelense, pois o Hamas iniciou a guerra (The Guardian, 2023), demonstrando uma clara essencialização dos palestinos, ao atribuir uma culpa coletiva a todos eles, incluindo as crianças.

A criação da identificação de um grupo como vítima é uma forma de justificar a violência cometida contra o grupo colocado como o agressor, sendo esse discurso de vitimização uma forma de motivar a sociedade civil a apoiar atos de guerra, por exemplo. Isso ocorre porque esse discurso provoca emoções como raiva, ódio, medo e desejo de vingança, levando ao apoio a políticas violentas. Além disso, a construção do grupo como vítima também cria a justificativa de que os atos violentos cometidos são parte de uma autodefesa, responsabilizando assim o grupo colocado como agressor, ao mesmo tempo em que retira a responsabilidade do grupo caracterizado como vítima (Jackson; Lawler; Guittet, 2005).

O discurso de vitimização produz efeitos nos próprios agentes da violência, que se sentem justificados na sua raiva de terem sido vitimados, os autorizando a cometer atos violentos que para eles são atos de justiça. Essa construção subjetiva também é possibilitada a partir da essencialização do grupo contra o qual a violência é cometida, pois não haveria sentido em violentar pessoas que não participaram diretamente da agressão, se elas não fossem classificadas como fazendo parte de um grupo cujas características são iguais às dos agressores, apenas por fazerem parte desse grupo (Jackson; Lawler; Guittet, 2005). No

contexto da guerra no Afeganistão e da guerra no Iraque, por exemplo, a violência cometida contra afegãos e iraquianos de modo geral passava por uma identificação dos soldados estadunidenses com o papel de vítima, colocando automaticamente todos os afegãos e iraquianos como potenciais agressores, operando uma essencialização dessas populações, que seriam compostas de pessoas agressivas e bárbaras, por causa de sua origem.

Cohen (2015) argumenta que o nível de desumanização em relação a determinado grupo aumenta quanto maior a ansiedade e o medo instaurado em relação a esse grupo. Assim, por vezes há um aparato político por trás do aumento dessa ansiedade, através de discursos que aumentam o senso de periculosidade em relação aos grupos desumanizados, e com isso, se torna mais fácil realizar atos violentos e desumanizantes, além de justificar esses atos.

Outro aspecto em que a desumanização aparece é no uso de palavras relacionadas à emoção nos discursos desumanizantes. Em um estudo realizado por Shuki J. Cohen, no artigo *Breakable and Unbreakable Silences: Implicit Dehumanization and Anti-Arab Prejudice in Israeli Soldiers' Narratives Concerning Palestinian Women*, o autor analisou o uso de palavras relacionadas à emoção nos discursos de soldados israelenses a respeito de mulheres palestinas. Ele coloca que essa linguagem emocional é muito relevante na construção da empatia, sendo também relevante quando se estuda a desumanização. Assim, a desumanização pode ser observada em um fenômeno linguístico em que as palavras que se referem a emoções, seja de forma implícita ou explícita, são utilizadas para se referir à própria pessoa que profere o discurso desumanizante, enquanto essas palavras não são utilizadas para se referir às pessoas que são desumanizadas. Ao se referir às pessoas desumanizadas, o tipo de vocabulário mais comum é composto por palavras que se referem a comportamentos externos e observáveis, e não a sentimentos internos, o que demonstra uma falta de inferência empática em relação ao possível estado emocional dessas pessoas (Cohen, 2015).

De acordo com os soldados que foram objeto de estudo de Cohen em seu artigo, o comportamento exibido pelas mulheres palestinas em seus relatos foi quase sempre descrito como sendo irracional e incontrolável, o que demonstra uma aproximação dessas mulheres a características animais, enquanto as emoções dos próprios soldados eram sempre descritas por eles de forma mais abstrata e reflexiva. Assim, essa desumanização implícita realizada pela fala demonstra uma tentativa de impedir que características humanas sejam

atribuídas às pessoas desumanizadas, podendo ser vista como um mecanismo de defesa para que os soldados, no caso do artigo em questão, não tenham que entrar em contato com as emoções suscitadas pelo fato de estarem tratando pessoas de forma desumana (Cohen, 2015).

Com isso, observa-se que existem diversos fatores, principalmente discursivos, que operam na produção de desumanização. Um deles é a própria omissão das pessoas desumanizadas dos discursos, o que está atrelado à proibição de se fazer o luto dessas pessoas que morrem, levando a uma invisibilização das mortes e das vidas das pessoas desumanizadas. Outro fator é a utilização da categoria discursiva de vítima por parte do grupo opressor, que desumaniza o outro a partir dessa auto-vitimização, colocando o grupo desumanizado como merecedor de violência a partir disso. Por fim, há também uma negação das emoções das pessoas desumanizadas, impedindo que características humanas sejam atribuídas a elas.

3.2.3. Consequências da desumanização

As ideologias desumanizadoras, como o estabelecimento da dicotomia entre civilização e barbárie, culminam na realização de atos desumanizantes, que encontram seu extremo nos crimes contra a humanidade. Em sua maioria, esses atos são realizados por soldados, seja em zonas de combate ou em zonas de ocupação, ou em locais como prisões ou campos de concentração, por exemplo.

No livro *Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counter-Terrorism*, os autores analisam as formas através da qual a linguagem, fortemente carregada da dicotomia entre civilização e barbárie, foi (e ainda é) crucial na legitimação da Guerra ao Terror. A partir disso, os autores argumentam que o abuso institucionalizado e sistematizado de prisioneiros iraquianos na guerra no Iraque seria uma consequência direta da linguagem utilizada por membros do governo estadunidense, que concebiam suspeitos de terrorismo (que no contexto da guerra no Iraque, eram vistos pelos soldados norte americanos como podendo ser qualquer pessoa) como sendo maus, desumanos, e inimigos da liberdade. Os autores argumentam que esse tipo de discurso criou uma atmosfera na qual abusos contra os iraquianos se tornaram normalizados e tolerados (Jackson; Lawler; Guittet, 2005). Assim, é possível observar que o uso de uma linguagem desumanizadora, operada nesse caso através da dicotomia entre civilização e barbárie, pode influenciar no cometimento de atos

desumanizadores, como no caso da tortura de prisioneiros na prisão de Abu Ghraib, no Iraque⁴.

Além da ideologia desumanizadora internalizada pelos soldados que realizam atos de violência, há também outros fatores envolvidos no exercício dessa violência exacerbada. No artigo *From My Lai to Abu Ghraib: The moral psychology of atrocity*, os autores analisam alguns fatores que podem levar soldados a cometerem crimes contra a humanidade. O artigo parte do pressuposto de que os soldados envolvidos em situações de combate geralmente se encontram em condições de degradação cognitiva, nas quais seu comportamento moral se encontra prejudicado. Os autores discutem que a patologização dos indivíduos envolvidos na perpetuação de atrocidades é uma forma de apaziguamento para as pessoas que patologizam esses sujeitos, colocando-os como anormais, diferentes de pessoas comuns. No entanto, são justamente pessoas comuns que cometem essas atrocidades, como foi demonstrado através do conceito de banalidade do mal, de Hannah Arendt. Outra explicação apaziguadora, além da patologização, é a de que as pessoas que cometem esses atos são malvadas, e que são exceções à regra, representando uma pequena quantidade dos soldados envolvidos nas ações militares. Contudo, a proporção de indivíduos que cometem atrocidades em campanhas militares é significativa, e em alguns casos, todos ou quase todos os soldados envolvidos realizam ações violentas além do “necessário” numa guerra, o que faz das atrocidades uma regra, e não uma exceção (Doris; Murphy, 2007).

Além disso, Doris e Murphy (2007) também dão importância ao contexto histórico-cultural em que os soldados cometem essas atrocidades, principalmente ao analisarem a situação das torturas realizadas por soldados estadunidenses na prisão iraquiana de Abu Ghraib, em que os soldados não somente cometiam torturas, como fotografavam as situações degradantes às quais os detentos iraquianos eram submetidos. Nesse contexto, o discurso da Guerra ao Terror, com suas características desumanizadoras, oferecia um cenário propício para esse tipo de conduta, ao estabelecer, a partir do presidente estadunidense George W. Bush, que as Convenções de Genebra não se aplicariam nessa Guerra ao Terror, pelo fato de os estadunidenses estarem combatendo o terrorismo, algo considerado tão bárbaro que qualquer ação contra ele seria automaticamente legítima. A partir disso, a definição de tortura foi modificada pelo governo estadunidense, passando a se referir apenas

⁴ Ver

<https://www.monitordooriente.com/20190504-lembrancas-das-revelacoes-de-torturas-americanas-em-abu-ghraib/>
/ Acesso em: 19 nov. 2025

a atos que provocassem falência dos órgãos, prejuízos ao funcionamento fisiológico ou morte. Assim, os atos cometidos na prisão de Abu Ghraib não se encaixavam, em sua maioria, na definição de tortura vigente na época para o governo estadunidense, não sendo considerados ilegais pelas autoridades às quais os soldados deviam responder. Muitas vezes, inclusive, essas autoridades esperavam e encorajavam que esses abusos físicos, psicológicos e sexuais fossem cometidos pelos soldados. Com isso, é possível observar como, em contextos em que há um discurso e uma cultura desumanizante que legitima práticas violentas contra um “inimigo”, associados a uma expectativa de que essas práticas sejam realizadas e um aparato legal que as permite, é muito mais provável que esse tipo de ato seja cometido.

As ideologias racializantes e racistas são um grande fator para a realização de atos desumanizantes. Isso aparece, por exemplo, na forma como o exército estadunidense tratou europeus e japoneses na Segunda Guerra Mundial, tratando os japoneses de forma muito mais violenta, o que tinha o seu respaldo nos estereótipos racistas presentes na representação de japoneses na mídia estadunidense. Esse fato fez com que os soldados estadunidenses colecionassem partes do corpo de japoneses de forma corriqueira, sendo um comportamento esperado, sendo considerado anormal o ato de não fazê-lo. Esse comportamento não era feito na Europa, o que demonstra a potente influência da racialização no ato de cometer crimes de guerra (Doris; Murphy, 2007).

Com isso, pode-se chegar à conclusão de que o treinamento militar, junto à ideologia política, pode influenciar nas proibições morais dos indivíduos, principalmente quando seu treinamento ético foi militarizado e racializado, o que leva a uma maior erosão da habilidade de agir de forma ética (Doris; Murphy, 2007). Assim, quando se racializa o grupo considerado inimigo, torna-se mais fácil a realização de atos desumanos contra esse grupo, já que é colocado na posição de outro, geralmente inferior.

Esse fenômeno remete ao que Mbembe (2018) discute em seu livro *Necropolítica* a respeito dos massacres cometidos pelos colonizadores europeus contra as populações colonizadas. Nesse caso, Mbembe argumenta que as pessoas colonizadas eram vistas como selvagens e, por isso, como carecendo “do caráter específico humano” (p. 36). Isso fazia com que os europeus não tivessem a consciência de cometerem um crime quando massacravam essas pessoas, pois não as viam como humanas, as aproximando a animais, sendo vistas como “algo radicalmente outro [...], além da imaginação ou da compreensão” (p. 35).

Em seu livro *Moral Disengagement: how people do harm and live with themselves*, Bandura (2015) explica possíveis mecanismos cognitivos e sociais que levam pessoas a cometerem atos desumanos. A partir da análise do autor, a violação dos princípios morais sem que haja perda de auto-respeito por parte de quem viola esses princípios pode ser realizada através de um desengajamento seletivo das auto-sanções morais em relação à conduta violenta. O autor coloca que no desenvolvimento de sua moralidade, o indivíduo desenvolve um senso de certo e errado que guiam sua conduta, o que faz com que os indivíduos evitem agir de formas que violariam suas concepções morais, pois esse tipo de conduta leva a sentimentos de auto repreensão.

Assim, na concepção de Bandura (2015), o agenciamento moral é realizado através da aplicação de auto-sanções em relação à conduta, que sejam fiéis aos padrões morais do indivíduo. Com isso, as auto-sanções fazem com que a conduta siga esses padrões morais internos. Para cometer atos violentos ou prejudiciais que violam seus padrões morais, os indivíduos devem retirar a moralidade de suas ações ou atribuir propósitos nobres a elas. A partir disso, o desengajamento das auto-sanções morais possibilita que os indivíduos comprometam seus padrões de ação moral, enquanto mantêm um senso de integridade moral. Isso confere uma explicação acerca de como certos sujeitos podem cometer atos desumanizantes sem que se sintam culpados por isso, podendo até se sentirem moralmente corretos por cometerem esses atos.

Os mecanismos auto reguladores da moralidade não entram em ação se não forem ativados, ou seja, se o indivíduo não considera que ele está diante de uma situação moralmente ambígua ou repreensível, esses mecanismos podem nem ser ativados, não havendo a realização de uma auto regulação moral para avaliar a moralidade de seus atos. Bandura aponta diversas manobras psicológicas e sociais que podem ser utilizadas para desengajar as auto-sanções morais da conduta desumana. Ele argumenta que há uma ativação e um desengajamento seletivos em relação a essas auto-sanções, o que explicaria que pessoas que cometem atos desumanos podem agir de forma moral em outras áreas da vida, o que depende do grau de humanidade que atribuem ao outro (Bandura, 2015).

Segundo Bandura (2015), existem oito mecanismos psicossociais através dos quais as pessoas desengajam seletivamente sua auto regulação moral de suas condutas desumanas. São eles: a justificação moral; a comparação; o uso de eufemismos; o deslocamento de responsabilidade; a difusão de responsabilidade; o ato de minimizar, ignorar ou atribuir outro

sentido às consequências de seus atos; a desumanização da vítima; e a culpabilização da vítima. Esses mecanismos operam em quatro aspectos no processo de auto regulação moral, sendo eles: o comportamento; a autonomia; o resultado; e a vítima.

No aspecto comportamental, as pessoas atribuem propósitos morais e sociais nobres a atos cruéis, sendo esses atos vistos como apenas um meio para se chegar a uma conclusão moralmente positiva. Os atos desumanos são transformados em atos benignos ou altruístas através de comparação vantajosa, como por exemplo, afirmar que o “inimigo” contra o qual se está agindo de forma desumana comete atos piores do que os atos cometidos contra ele (Bandura, 2015). Por vezes essa comparação é feita até mesmo em relação ao que os sujeitos que cometem atos desumanizantes “poderiam ter feito”, que seria pior do que o que eles fazem de fato, o que alivia a culpa moral (Grassiani, 2013). Além disso, há também o uso de linguagem eufemística para encobrir comportamentos desumanos. Esses três mecanismos (a atribuição de propósitos nobres a atos desumanos, a comparação vantajosa e o uso de eufemismos) são potentes porque servem uma função dupla, engajando a moralidade no propósito e no objetivo do que é feito, que é colocado como algo moral, mas desengajando-a em sua execução, ou seja, justifica moralmente a missão militar enquanto retira o aspecto moral das atividades desumanas, para possibilitar que os soldados façam o que devem fazer sem culpa (Bandura, 2015).

No aspecto da autonomia, as pessoas evitam a responsabilização por seus atos através do deslocamento de responsabilidade a outros, e através de uma dispersão dessa responsabilidade. Quando isso ocorre, o objetivo final muitas vezes é de que ninguém seja responsabilizado pelos atos realizados, absolvendo assim todos os envolvidos dos atos cometidos (Bandura, 2015).

No aspecto do resultado, aqueles que realizam os atos desumanos minimizam, distorcem, ignoram ou disputam os efeitos nocivos de suas ações. Assim, enquanto esses efeitos são ignorados, não há questões morais com as quais se deve lidar, pois nada de negativo foi feito, a partir dessa perspectiva (Bandura, 2015).

No aspecto da vítima, os perpetradores excluem de sua categoria de humanidade aqueles a quem fazem mal, retirando deles suas qualidades humanas e/ou atribuindo qualidades animais a eles. Assim, ao transformar suas vítimas em subumanas, há um enfraquecimento de qualquer questão moral que poderia aparecer a partir dos atos cometidos

contra elas. O desengajamento moral no aspecto da vítima culpabiliza as vítimas por trazerem esses maus tratos a elas mesmas, ou esses maus tratos são atribuídos a circunstâncias maiores, sobre as quais não se pode fazer nada (Bandura, 2015). Um exemplo disso na atualidade é o genocídio em Gaza, que foi colocado ora como sendo merecido pelos palestinos, ora como fazendo parte de uma situação de guerra sobre a qual não se pode fazer nada (The Guardian, 2023). Nessa forma de auto exoneração, os perpetradores se veem como vítimas forçadas a se comportar de forma desumana por causa do comportamento do “inimigo” ou por causa da força das circunstâncias. Assim, ao se enxergarem como vítimas, se sentem moralmente corretos em suas ações, que para eles são apenas parte de uma retaliação. Com isso, esse conjunto de mecanismos enfraquece ou elimina o poder regulador das auto sanções morais a respeito de práticas nocivas a outros seres humanos (Bandura, 2015).

É importante ressaltar que o desengajamento moral não altera os padrões morais, sendo ele apenas a forma através da qual aqueles que desengajam moralmente possam driblar estes padrões de forma que se encontrem dissociados de seu comportamento nocivo, o que retira também sua responsabilidade sobre esse comportamento. Assim, em outros aspectos de suas vidas, essas pessoas podem aderir a padrões morais, sendo a suspensão seletiva da moralidade de seus atos nocivos o que possibilita que as pessoas mantenham uma autopercepção boa enquanto cometem atos moralmente repreensíveis (Bandura, 2015).

Um estudo relevante na compreensão de como a desumanização mental do outro pode ser levada ao extremo de violar os direitos humanos desse outro é o estudo realizado pela antropóloga israelense Erella Grassiani, em seu livro *Soldiering Under Occupation: Processes of Numbing among Israeli Soldiers in the Al-Aqsa Intifada*. Em seu estudo, feito a partir de entrevistas a soldados israelenses servindo nos territórios palestinos ocupados e recolhimentos de testemunhos dados por soldados israelenses à organização Breaking the Silence, descreve os processos através dos quais esses soldados são levados a cometer atos desumanos, analisando os fatores cognitivos, ambientais e sociais que levam a essa tomada de decisão. Ao longo do estudo a autora parte dos conceitos de Bandura a respeito do desengajamento moral para elaborar suas reflexões.

Grassiani (2013) coloca como principais fatores psicológicos envolvidos na propagação de atos desumanizantes e violentos uma série de sentimentos experienciados pelos soldados, que, segundo ela, levam a um processo de “anestesia moral”, influenciando o comportamento e a tomada de decisão. A autora define a anestesia moral como uma

diminuição da habilidade de reconhecer e agir em cima de um aspecto moral de determinada situação, o que também pode ser chamado de profissionalismo moral.

Um dos principais sentimentos envolvidos no processo de anestesia moral que leva à propagação de atos desumanos é o cansaço, que vem a partir das longas horas de trabalho, do ambiente hostil e do desconforto físico existente nas condições de trabalho dos soldados. Esse cansaço acaba gerando um sentimento de raiva, que também surge do fato de os soldados estarem recebendo ordens. Todas essas emoções, por sua vez, levam a um processo cognitivo em que as categorias sociais se tornam menos significativas, e assim, os soldados deixam de enxergar como indivíduos as pessoas com quem lidam, e passam a se importar cada vez menos com essas pessoas. Através desse processo, se alcança o estado de anestesia moral, que influencia a tomada de decisão moral e o comportamento dos soldados (Grassiani, 2013).

Outros sentimentos importantes envolvidos nesse processo são o tédio e a frustração, principalmente devido ao caráter muitas vezes monótono do trabalho realizado. A partir desses sentimentos associados ao cansaço, muitos soldados acabam por agir de forma desproporcionalmente violenta, sem motivo externo aparente. Além disso, a partir desses sentimentos pode também ser produzida uma sensação de desconfiança em relação ao outro, levando muitos soldados a verem o outro como um possível suspeito, em situações em que essa categoria não se aplica. Essa desconfiança também pode levar a atos violentos desnecessários. No estudo de Grassiani (2013), esses sentimentos foram relatados por todos os soldados entrevistados. Ela argumenta que todas essas emoções podem ser classificadas como emoções anestésicas, já que anestésiam o moralismo profissional dos soldados, que a partir desse processo, agem de forma menos deliberada, levando a atos de agressividade e humilhação dos palestinos com quem entram em contato.

A questão do contato entre os soldados e suas vítimas também deve ser levada em consideração ao se pensar nos atos desumanizantes. Na maioria dos casos, os soldados evitam entrar em contato direto com os palestinos, para se auto preservarem em relação a emoções ligadas à culpa, o que pode levá-los a agir de forma mais agressiva e impaciente, pois a desumanização é maior nos contextos em que o contato com o grupo desumanizado é menor. Além disso, a falta de comunicação entre os grupos, somente através de perguntas e respostas curtas, também é uma forma de reforçar a distância e a diferença entre “nós” e “eles”. A comunicação não verbal influencia na produção dessa distância, pois os soldados, através de suas vestimentas e armas, comunicam o seu poder o tempo todo, o que faz com que se sintam

mais poderosos, podendo levar mais facilmente a abusos de poder. Assim, o pouco contato entre o grupo que desumaniza e o grupo que é desumanizado torna mais fácil seguir as ordens que são impostas aos soldados (Grassiani, 2013).

Grassiani (2013) aponta também fatores cognitivos que levam à realização de atos desumanizantes. Um deles é a falta de clareza nas categorias mentais utilizadas pelos soldados para caracterizar com quem estão lidando. O principal ponto dentro desse aspecto é a caracterização do outro como inimigo. A partir do momento em que o outro é classificado como tal, ele não é mais visto pelo soldado como uma pessoa, ocorrendo uma despersonalização em que o outro é visto como uma categoria. Essa categoria, por sua vez, não é sempre claramente delimitada para os soldados, que não conseguem definir com clareza quem realmente representa uma potencial ameaça e quem não representa nenhuma ameaça. Assim, a principal estratégia que utilizam quando confrontados com esse tipo de dilema é assumir que todos os que se enquadram na categoria de “outro” são ameaças em potencial, sendo categorizados como inimigos. Isso pode levar a um tratamento hostil e violento por parte dos soldados em relação a toda a população com a qual estão em contato, a partir do momento em que a caracterizam inteira como inimiga. O ato de essencializar as características de uma população dessa forma também é facilitado pelo discurso desumanizador em torno dessa população, nesse caso, perpassado pelo discurso da dicotomia entre civilização e barbárie. Assim, esse discurso já justifica de antemão a realização de atos desumanizantes, caracterizando a população como “terrorista” e “violenta”, por exemplo, influenciando a percepção dos soldados, o que por sua vez facilita colocar em prática a violência.

Grassiani (2013) também traz o conceito de “ofuscamento cognitivo”, que ela define como a falha em reconhecer uma experiência como algo significativo sobre o qual o indivíduo deveria agir. Assim, em relação à moralidade, a condição de ofuscamento cognitivo leva as pessoas a não reconhecerem o dilema moral contido em determinadas situações. Esse estado cognitivo é caracterizado por um alto grau de indiferença, em que a pessoa não parece se importar com o que ocorre à sua volta, sendo indiferente ao sofrimento das pessoas que trata de forma desumana. Com isso, frequentemente os soldados inicialmente sentem alguma dificuldade emocional ao realizar certas ações, e depois de um (curto) período de tempo trabalhando, passam a sentir uma indiferença em relação a essas mesmas ações que inicialmente suscitavam respostas emocionais negativas. Esse fenômeno parece ser comum

na perpetuação de atos desumanizantes, aparecendo também no relato de médicos nazistas em Auschwitz (Doris; Murphy, 2007), por exemplo.

Em relação à competência moral dos soldados, que se encontra debilitada em seus contextos de trabalho, Grassiani (2013) coloca alguns pontos relevantes. Um deles é a percepção tardia da imoralidade de seus atos e a não-reflexão acerca do aspecto moral das situações vividas. Assim, muitas vezes, os soldados percebem que o que fizeram em seu tempo de serviço era moralmente repreensível e desumano, algo que não percebem enquanto atuam profissionalmente, somente se dando conta disso após um período de tempo afastados do trabalho. Isso demonstra que, nas situações em que atos desumanizantes são praticados, os soldados têm dificuldade de distinguir entre o que é certo e errado e como seria a forma correta de tratar seres humanos de forma geral. Isso também ocorre a partir dos sentimentos discutidos anteriormente, de tédio e cansaço principalmente. Alguns soldados afirmam que o “natural” seria agir de forma desumana com o outro, e que se deve lutar o tempo inteiro para não agir dessa forma. Ou seja, nesse contexto, é muito mais difícil agir de forma moralmente correta, mesmo em soldados que afirmam estar sempre tentando agir da forma mais humana possível.

O fato de não pensar a respeito das situações vividas em sua atuação como militares é um tema recorrente no discurso dos soldados, que gera um distanciamento entre as situações vividas e os sentimentos ligados a ela. Algo que contribui para isso é o fato de não haver tempo para pensar sobre as situações enquanto elas acontecem, pois os soldados devem tomar decisões rapidamente a respeito do que devem fazer, e são treinados para isso, devendo obedecer ordens. Além disso, o fato de trabalharem muito e descansarem pouco faz com que tenham pouco tempo e disponibilidade para refletir a respeito da moralidade de suas ações. O fato de obedecer ordens também leva os soldados a não se responsabilizarem moralmente por suas ações, pois pensam que isso seria o papel de seus superiores. O fato de não pensarem sobre as situações que vivenciam leva também a uma desumanização dos soldados consigo mesmos, que passam a se enxergar como animais que não pensam, ou como robôs que apenas seguem ordens, não se preocupando em pensar no fato de determinada ação fazer sentido ou não (Grassiani, 2013). Essa animalização do agente da violência desumanizante é pensada inclusive por Aimé Césaire (2000) em seu livro *Discurso sobre o colonialismo*, quando afirma que a colonização é desumanizante não só para o colonizado, mas também para o colonizador. Isso se deve ao fato de ela ser baseada e justificada em cima de um senso de

superioridade do colonizador em relação ao colonizado, fazendo com que o primeiro veja e trate o último como um animal, o que transforma o próprio colonizador em animal também.

Essa desumanização de si é algo que muitos soldados fazem de forma consciente e deliberada, tornando seu trabalho mais fácil, pois faz com que não pensem moralmente a respeito de suas ações, levando a uma não responsabilização por elas, além de conseguirem trabalhar sem que suas emoções atrapalhem o que devem fazer. A partir disso, o ato de não pensar sobre o que é feito aumenta as chances de ocorrerem violações de direitos humanos, por exemplo, pelo fato de os soldados não perceberem suas ações como moralmente problemáticas (Grassiani, 2013).

Em suas falas, os soldados também demonstram as estratégias que utilizam para justificar, legitimar ou negar seu comportamento. Algo que aparece bastante é o uso do pronome “você” em vez do pronome “eu” quando falam sobre suas vivências no exército, criando uma distância entre a ação e o agente. Isso demonstra também uma passividade em relação às situações vividas, o que minimiza o seu papel como agentes das situações, havendo um distanciamento em relação ao sofrimento das vítimas de suas ações e um deslocamento de responsabilidade para fora (Grassiani, 2013).

Esse deslocamento de responsabilidade se traduz em um sentimento de que não há nada que possa ser feito em relação à situação em que os soldados se encontram, e que eles devem realizar atos desumanos porque é o que deve ser feito, e se não fossem eles, outras pessoas fariam o mesmo de qualquer forma, sendo a realização desses atos vista como algo inevitável. Esse discurso reflete uma justificação dos atos desumanizantes, pois nesse caso, os soldados têm consciência do sofrimento que causam no grupo desumanizado, e colocam esse sofrimento como algo que está fora de seu controle, devendo o trabalho ser feito de qualquer forma, sendo moralmente justificável por isso. Segundo essa lógica, o sofrimento dos outros parece inevitável. Nesse contexto, ocorre uma negação por implicação, em que o ato é interpretado como sendo moralmente repreensível, mas a responsabilidade por ele não é reconhecida, e suas implicações morais vistas como não sendo importantes ou até como sendo exageradas. Com isso, há uma justificação dos atos desumanos, que são vistos como necessários e inevitáveis. Algo interessante a se pontuar é que frequentemente a culpa pelo fato de os soldados se sentirem mal por terem que agir de formas desumanas recai sobre as vítimas de seus atos. Isso se deve ao fato de eles sentirem que o único motivo de terem que agir da forma que agem é a presença desse grupo como uma entidade generalizada à sua

volta. Essa dimensão de que, para os soldados, eles fazem apenas o que deve ser feito, mesmo que reconheçam que seja algo ruim, leva a uma diminuição da culpa que sentem, pois sua percepção é de que estão expressando certo nível de humanidade ao reconhecerem que o que fazem não é certo, mesmo sendo eles os agentes dessas ações que veem como sendo erradas (Grassiani, 2013).

No entanto, há também sentimentos de indiferença em relação aos atos cometidos. Nesse caso, o indivíduo escolhe não se preocupar com seus atos, somente seguindo as ordens que recebe. Assim, a indiferença é devida ao não reconhecimento da imoralidade de suas ações, sendo elas normalizadas, ainda mais quando todos à sua volta, incluindo seus superiores, estão fazendo o mesmo. Quando esse sentimento de indiferença ocorre a nível social, em que uma sociedade inteira demonstra uma negação coletiva em relação aos atos desumanos que são cometidos em seu nome, os atos são feitos nesse contexto de “vácuo moral”, no qual se torna praticamente impossível perceber os atos cometidos como sendo moralmente errados. Isso é reforçado quando as atividades dos soldados são vistas como necessárias para garantir a segurança do país e da população à qual pertencem como um todo. Assim, essa normalização faz com que seja difícil perceber se seus atos são moralmente errados ou não, e a percepção de que esses atos são necessários para um bem maior contribui para que a responsabilidade seja colocada em outro lugar que não os soldados individualmente (Grassiani, 2013).

Outra forma através da qual os soldados justificam seus atos para si mesmos é através do discurso do profissionalismo, que demonstra que muitos soldados percebem seus atos como fazendo parte de um trabalho, o que naturaliza suas atividades militares. Com isso, seus atos são vistos como não abarcando nenhum significado importante, sendo apenas um trabalho como qualquer outro. Esse discurso legitima os atos desumanos, pois desloca a responsabilidade àqueles que dão as ordens e cria uma distância entre os soldados e as consequências de seus atos, além de simplificar o significado desses atos. Isso configura um exemplo de negação interpretativa, em que o significado dos fatos é neutralizado (Grassiani, 2013).

Além disso, há também o aspecto ideológico como fator legitimante. Ele é provocado principalmente por um senso de missão e por sentimentos de vingança a ataques cometidos por membros do grupo desumanizado. Em relação ao senso de missão, ele ocorre quando os soldados sentem que o que fazem é importante para seu país. Nesse caso, eles justificam seus

atos com maior facilidade, pois esses atos se tornam pessoalmente e socialmente aceitáveis por representarem algo que aparenta servir um propósito moral importante. Em relação ao sentimento de vingança, as atividades militares se tornam moralmente justificáveis no contexto de uma resposta a um ataque. Nesse contexto, os soldados tomam muito mais a responsabilidade para si próprios, em vez de delegá-la aos seus superiores, pois suas ações são vistas como moralmente e ideologicamente justificadas, legitimando o sofrimento que causam por estarem servindo uma causa justificável (Grassiani, 2013).

Em alguns casos, parece não haver necessidade de justificar ou legitimar os atos, pois aquele que os cometeu não os percebe como algo negativo, negando seu caráter imoral, apesar de não necessariamente negar a violência de seus atos. Com isso, o agente não admite que causou sofrimento ao outro, não assumindo responsabilidade por isso, pois é como se esse sofrimento não existisse. Isso causa uma normalização do comportamento dos soldados, que não sentem a necessidade de refletir acerca dele. Aqui há um caso de negação interpretativa, pois os soldados não negam as consequências de seus atos, mas neutralizam seu significado e não veem essas consequências como sendo problemáticas. Nesse caso, a pessoa reconhece que agiu de forma violenta mas percebe suas ações como sendo completamente legítimas, pois a situação foi normalizada por ela. Quando as ações se tornam tão naturais para os indivíduos que parece não haver necessidade de explicar ou legitimar suas ações, não há a ativação de nenhum mecanismo moral interno e atos desumanos são cometidos sem culpa. As auto-sanções morais dos soldados são dissociadas de sua conduta, que passa a adquirir um significado completamente neutro a partir desse ponto de vista (Grassiani, 2013).

A partir da análise dos mecanismos de justificação, legitimação e negação dos atos desumanizantes cometidos pelos soldados, pode-se concluir que há, na maioria das vezes, uma consciência de que os atos cometidos são violentos. Além disso, as diversas estratégias utilizadas pelos soldados para justificar e legitimar seus atos demonstram uma tentativa de deslocar a responsabilidade pelos atos cometidos, seja por meio do discurso de que estavam apenas seguindo ordens ou por meio da justificativa de que estavam agindo em nome da segurança de seu país ou em nome de alguma ideologia, o que demonstra a consciência de que os atos cometidos são, no mínimo, moralmente repreensíveis. No entanto, quando não se tem essa consciência, isso é devido a uma série de fatores emocionais, cognitivos e sociais, que são também perpassados por uma ideologia de desumanização do outro contra o qual as

violências são cometidas, que é colocado numa posição de inferioridade em relação àquele que comete as violências.

Assim, as consequências da desumanização encontram sua expressão mais forte nas violações de direitos humanos. Esses atos representam a expressão material final de um processo que se inicia com ideologias e discursos desumanizantes, perpassados por lógicas de superioridade e inferioridade, como a dicotomia entre civilização e barbárie, que justificam, legitimam e possibilitam que tais atos sejam cometidos.

3.2.4. Impactos psicossociais da desumanização e possibilidades de cuidado

Em *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*, Franco (2021) coloca como uma das consequências da desumanização e da violência decorrente dela a produção de subjetividades melancolizadas. Ele argumenta que a necrogovernamentalidade, ao gerir os corpos, gere também as subjetividades, o que se articula com as ideias trazidas por Butler (2004) a respeito de quais vidas podem ser pranteadas ou não, ocorrendo um controle dos afetos daqueles que estão vivos a partir da decisão política sobre a possibilidade de fazer o luto dos mortos. Assim, as pessoas que observam seus pares, com os quais se identificam, serem mortos e não serem dignos de serem pranteados, passam por um processo de identificação melancólica com essa perda, a partir da impossibilidade de realizar o luto. Franco argumenta que essa produção de subjetividades melancolizadas é proposital, sendo uma forma através da qual o poder político consegue dominar e produzir controle de forma mais sutil e efetiva.

Em relação à violência realizada em contextos de genocídio, o livro *O que resta de Auschwitz*, de Giorgio Agamben (2008), traz algumas considerações importantes acerca do impacto psíquico causado pela violência desumanizante. Ele frisa como ponto importante os sentimentos de vergonha e culpa frequentemente sentidos pelos sobreviventes, muitas vezes ligados ao fato de terem sobrevivido. Esses sentimentos são especialmente ligados à sensação de muitos sobreviventes de que vivem no lugar de outros, gerada pela arbitrariedade dos assassinatos cometidos durante o Holocausto, o que pode ser visto como uma característica comum à violência genocida de forma geral. Agamben traz também o fenômeno de dessubjetivação daqueles submetidos ao genocídio, em que as pessoas passam por um processo de testemunho da perda de sua própria subjetividade.

A respeito da perda da subjetividade causada pela desumanização, Agamben (2008) toma a figura do “muçulmano” nos campos de concentração e extermínio. Esse termo era utilizado por quem vivia nos campos para denominar as pessoas que pareciam ter perdido sua humanidade, sendo descritas como “cadáver[es] ambulante[s], um feixe de funções físicas já em agonia” (Agamben, 2008, p. 49), “homens-múmia, mortos-vivos” (ibid., p. 49), pessoas que “deixavam acontecer o que acontecia, pois todas as suas forças estavam mutiladas e aniquiladas” (ibid., p. 53). Esse termo era utilizado, então, para descrever as pessoas que haviam perdido sua dignidade ao extremo, devido às situações às quais eram submetidas, como se elas habitassem uma zona entre o que é humano e o que não é, representando um efeito extremo da desumanização. Agamben argumenta que esse fenômeno de desumanização extrema faz com que ocorra uma morte do sujeito antes da morte biológica de fato, e ele cita Levi, que afirmou “Hesita-se em chamar de morte a sua morte” (ibid., p. 76), em relação aos “muçulmanos” dos campos. O autor afirma, ainda, que “o que define os muçulmanos não é tanto que sua vida já não seja vida [...], quanto, sobretudo, que a sua morte já não seja morte” (ibid., p. 76), e a partir disso pode-se pensar que a desumanização não nega apenas a vida, mas também a morte daquelas pessoas que já têm sua condição de sujeito negada, tornando-se objetificadas frente ao extermínio.

Esse conceito do “muçulmano” no contexto do Holocausto, de uma pessoa testemunhando a perda de sua própria subjetividade, aparece descrito no livro *Diários de Gaza: a memória é uma casa indestrutível*, em que o escritor Mahmud Assaf descreve:

A coisa mais terrível que me aconteceu com o deslocamento foi a perda de qualquer forma de objeção ou aprovação interior. Não havia mais direção ou escolha; tudo era como o nada, sem diferença entre se esforçar e dormir, entre parar e continuar, entre preocupar-se e relaxar, entre ter fome e pedir comida, entre sentir e não sentir. Eu estava vazio em todas as expressões da vida, como se elas não me dissessem respeito, esperando que o dia voltasse à noite e a noite voltasse ao dia (Assaf, 2024, p. 128).

A citação demonstra como a dessubjetivação é uma resposta comum aos processos de desumanização sofridos devido à violência genocida, o que também pode ser relacionado com a produção de subjetividades melancolizadas colocadas por Franco (2021).

O livro *Diários de Gaza: a memória é uma casa indestrutível* também traz de forma marcante no relato da romancista Iman Natur a ligação psicológica fundamental com o lar, e

como isso pode ser mais importante do que a própria sobrevivência. Natur descreve a sensação de “saúde futura” (Natur, 2024, p. 66) ao observar seus pertences em seu apartamento, enquanto os mísseis caíam. Ela se pergunta, ainda, “Para onde eu levaria tudo isso? Como deixaria tudo para trás? [...] como posso partir sem nada?” (ibid., p. 66), e por alguns momentos decide permanecer em seu apartamento, pensando “é o fim. Não faz sentido” (ibid., p. 67). Ao decidir permanecer, prepara uma xícara de café e coloca música para tocar, afirmando “Eu me sentia loucamente viva, como se aquele fosse o fim perfeito, ali, cercada pelas coisas que amava” (idem). A partir desse trecho, é possível compreender que uma morte cercada das coisas que amava seria melhor do que uma morte ou uma vida deslocada de sua casa, vivendo em tendas, passando fome e frio enquanto mísseis continuam caindo. Quando é finalmente puxada para fora de seu apartamento e do prédio pelo vizinho, e assiste ao prédio desmoronar poucos segundos depois, grita “Não! Minha casa!” (ibid., p. 68) e descreve a sensação de que “tudo o que [ela] amava havia desaparecido num instante” (idem). A partir disso, descreve a sensação de irrealidade a respeito do mundo em volta e de que o mundo havia acabado, como se não houvesse mais dias por vir e como se nada mais existisse. A partir do relato de Natur, se fazem vívidos então os impactos psicológicos ligados à perda das casas sofrida por quase todos os palestinos da Faixa de Gaza, com 90% das moradias tendo sido destruídas⁵, consistindo em um luto muito grande por representar a perda de todas as posses, que não são apenas materiais, mas afetivas, ligadas às memórias e à própria história de vida das pessoas.

No artigo do jornal CNN *Fotos de satélite mostram destruição na Cidade de Gaza; veja antes e depois*, há citações de uma mulher palestina entrevistada que afirma que o deslocamento “é como carregar o peso de uma montanha nos ombros [...]. Prefiro ficar no norte e arriscar ataques aéreos a passar pela experiência do deslocamento novamente” (CNN, 2025). Isso demonstra, novamente, o peso que o deslocamento infringe ao psiquismo, levando muitas vezes as pessoas a escolherem ficar em zonas de maior risco do que ter que se deslocar e abandonar os lugares que conhecem.

No livro *Sumud em tempos de genocídio*, a psiquiatra palestina Samah Jabr (2024) coloca que a violência política interage com as vulnerabilidades biopsicossociais de cada indivíduo, provocando transtornos e dificultando a recuperação. Ela argumenta que o fato de o causador do trauma não ser responsabilizado aumenta os danos psicossociais nas pessoas

⁵ Ver <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0ex8x8dd1xq>. Acesso em: 22 nov. 2025.

traumatizadas a partir das ações desumanizantes realizadas contra elas, assim como a repetição do trauma, o que se aplica ao contexto palestino mas também a outros. O não reconhecimento também torna difícil seu tratamento. As consequências coletivas da ocupação colocadas por Jabr, que podem ser generalizadas para abordar as consequências de uma violência desumanizante mais ampla, são: opressão, desconfiança na comunidade, baixa autoconfiança e autoestima coletivas entre o grupo vitimado, auto objetificação dos indivíduos, perda do senso de autonomia da comunidade, aceitação do status de vítima passiva e funcionamento coletivo debilitado.

Jabr (2024) afirma que práticas desumanizantes como as que são impostas aos palestinos têm efeitos psicológicos e sociais sérios e permanentes. A autora argumenta que essas ações agravam o trauma individual e coletivo, podendo levar suas vítimas a desenvolver ansiedade severa, depressão e sofrimento psicológico duradouro. Uma das consequências psicológicas mais impactantes dos atos desumanizantes talvez seja o desencadeamento de psicoses e outros transtornos mentais a partir da submissão de indivíduos a atos de tortura. Os atos de tortura, sejam eles físicos ou psicológicos, violam necessidades psicológicas, causando danos profundos às estruturas mentais. Isso pode levar a alterações na forma como os indivíduos se relacionam com a realidade e com o senso de si mesmos, a sentimentos de alienação, destruição da confiança, dificuldade ou incapacidade de se comunicar, de sentir empatia, e de se relacionar. Jabr coloca como fator central para a eficácia da tortura a sua capacidade de destruir a resiliência psicológica das vítimas, que são reduzidas a um estado de desamparo e dependência total dos torturadores. Os torturadores, através da degradação e da manipulação, criam “uma realidade em que o sentido de identidade da vítima é corroído e substituído por uma identificação patológica com o agressor” (Jabr, 2024, p. 86). Isso faz com que ocorra uma distorção na percepção de realidade das vítimas, além de prejudicar sua capacidade de articularem os abusos sofridos, o que gera sequelas psicológicas como estresse pós-traumático, depressão e desconfiança em relação aos outros, além de problemas relacionados à memória, confusão e sofrimento emocional, dificultando também o processo de documentação das violações de direitos humanos sofridas. As próprias tentativas de recordação das violências sofridas pode levar a intenso sofrimento emocional, gerando evitação, o que faz com que muitas vítimas não consigam falar sobre essas experiências, dificultando seu tratamento e a busca por justiça e reparação. Nesses casos, os profissionais de saúde devem se atentar a essas dificuldades e realizar práticas que priorizem a autonomia e o bem-estar dos sobreviventes, sendo também parte do trabalho defender o direito dos

sobreviventes à verdade e à justiça em relação às violências sofridas. Com isso, deve ser parte do processo terapêutico o ato de documentar a tortura, se for o desejo dos sobreviventes, capacitando-os a retomarem a autonomia sobre suas narrativas, amplificando suas vozes na busca de responsabilização e reparação, ao mesmo tempo em que deve-se ter solidariedade em relação a eles, devendo-se oferecer testemunho às suas dores advindas das violências sofridas.

Jabr (2024) descreve um estudo de caso de um homem que desenvolveu uma psicose aos 46 anos, após sua quinta detenção em prisão israelense, na qual foi submetido a tortura. Nas cinco vezes, foi detido sem acusação ou julgamento, sendo a primeira com quatorze anos de idade. Após a quinta vez, desenvolveu sintomas como alucinações auditivas e visuais, paranoia e delírios persecutórios, quebrando dispositivos eletrônicos da casa, se recusando a comer o que outras pessoas cozinhavam e sendo hostil com todos à sua volta, inclusive sua família, pois passou a não confiar em ninguém. Além disso, ficou mais quieto, sempre cansado, parecendo estar triste, comendo menos e passou a não trabalhar mais. Ao descrever suas experiências durante a quinta detenção, o paciente de Jabr relatou ter sofrido tortura física e psicológica, com ameaças dos soldados israelenses em relação à sua família. A partir das dores físicas, da perda da noção de tempo provocada pelos longos períodos em salas pequenas, escuras e silenciosas, das humilhações, degradações e ameaças sofridas, o paciente de Jabr começou a alucinar pessoas conhecidas na prisão, que apareciam para dar informações aos soldados acerca dele e de sua família, além de ter a sensação de que seus órgãos eram artificiais e não o pertenciam. Com isso, a partir dos atos de tortura sofridos, foi desencadeada uma psicose, que foi tratada por Jabr através de antipsicóticos, antidepressivos e psicoterapia, o que o ajudou a tratar seus pesadelos recorrentes, seu afeto restrito e os sintomas de ansiedade e depressão, além de ajudá-lo a recuperar seu senso de identidade e integrar as memórias dolorosas. Jabr afirma encontrar com frequência esse tipo de psicose desencadeada por tortura física e psicológica em ex-prisioneiros políticos, pois nas prisões israelenses a prática de tortura é muito comum.

A partir do caso descrito pode-se observar como a tortura, além de ter o potencial de desencadear transtorno de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade, pode levar a somatizações, sintomas obsessivos-compulsivos, hostilidade, fobias, ideação paranoide e episódios psicóticos. Estudos acerca da tortura indicam ser muito frequente o aparecimento de alucinações nas pessoas torturadas. A tortura é utilizada de forma intencional para violar

necessidades psicológicas e causa danos profundos às estruturas psicológicas, danificando as funções mentais, podendo destruir a crença do sujeito em sua autonomia, destruindo sua interioridade e intimidade. Por meio da tortura, ocorre um distanciamento do sujeito de seu próprio senso de identidade, ao mesmo tempo em que se confundem os limites entre a vítima e o torturador, pois a vítima perde todo o controle na situação e o torturador decide tudo sobre ela, o que confere uma explicação possível acerca do surgimento de sintomas psicóticos a partir de tais atos. Uma das técnicas de tortura mais associadas ao desenvolvimento de uma personalidade e uma estrutura de crenças alteradas e desarticuladas é a falsa bondade que o torturador pode vir a expressar em relação à vítima, antes de retomar os castigos físicos. No entanto, o que mais está relacionado ao sofrimento traumático em relação à tortura é o grau em que a vítima percebe a perda de controle sobre sua vida e sobre seu corpo, o que é exacerbado pela descrença que as vítimas sentem quando tentam expressar suas experiências, principalmente quando não há provas concretas dos abusos sofridos (Jabr, 2024).

No artigo *Trauma e reconhecimento na clínica psicanalítica*, Stephanie Brum (2021) traz a importância de se reconhecer o trauma sofrido pela pessoa que o traz na clínica. Ela afirma que “o caráter desestruturante do trauma é decorrente da negação da experiência do sujeito por uma figura de confiança” (p. 76), o que leva à negação do evento vivenciado e dificulta a capacidade do indivíduo de confiar em suas próprias vivências. Isso demonstra a importância do testemunho no reconhecimento do trauma, representando esse reconhecimento uma contraposição ao evento traumático. Assim, o reconhecimento pode ser um instrumento de trabalho importante no tratamento do sofrimento decorrente do trauma, enquanto posicionamento ético e manejo clínico. A autora argumenta, ainda, que “a falha do reconhecimento pode desencadear um movimento de ruptura no próprio sentimento de si, promovendo angústias, sensação de irrealidade e mesmo não veracidade das experiências vividas” (Brum, 2021, p. 78), o que observamos na experiência trazida por Jabr acerca de seus atendimentos com vítimas de tortura. Além disso, a negação da experiência do sujeito representa também uma negação acerca da própria subjetividade da vítima, pois a coloca em um não lugar. Com isso, o reconhecimento das vivências traumáticas legitima a subjetividade da vítima, retirando-a da condição de objeto na qual foi colocada durante as experiências de tortura e abuso, e colocando-a seu lugar de sujeito. Assim, esse reconhecimento é uma forma de devolver a condição de sujeito às pessoas que são desumanizadas.

Em relação ao trauma sofrido pelas situações de opressão às quais os palestinos são submetidos, Jabr (2024) argumenta que esse trauma não permanece apenas com os indivíduos, nem no passado, sendo ele reatualizado a cada momento, com as ameaças de perda da terra, da casa e da segurança. Essas condições criam um desamparo aprendido nas populações oprimidas e desumanizadas, gerando nelas uma paralisia em relação à sua capacidade de ação. O que Jabr afirma observar mais frequentemente em sua prática clínica é o trauma coletivo prolongado e duradouro, que modifica a visão de mundo e o sistema de crenças de seus pacientes, em vez de uma sintomatologia traumática mais “tradicional”, com os sintomas de reexperiência, hipervigilância e esquiva, por exemplo. Além disso, há também o aspecto geracional do trauma, que traz aspectos adaptativos e “um sofrimento psicológico significativo, que afeta os processos cognitivos, a regulação emocional e as relações interpessoais” (p. 60). Experimentar condições de vida desumanizantes e opressoras por muito tempo pode gerar impactos psicológicos como aumento da ansiedade, depressão e sensação de desamparo, e a exposição prolongada ao trauma pode alterar o desenvolvimento e prejudicar a memória, a atenção e os processos de tomada de decisão, podendo alterar também a personalidade, a identidade e a percepção de si e dos outros. Assim, esses traumas podem gerar estresse crônico que afeta a saúde mental através das gerações, prejudicando os vínculos entre familiares e comunidade no geral.

Jabr (2024) também afirma que a desumanização reflete as características de dinâmicas abusivas, pois além de levar ao abuso, gera uma descridibilização da vítima, uma destruição do seu auto-respeito e o silenciamento e deslegitimação de sua narrativa. Assim, os ataques psicológicos sofridos por aqueles que são desumanizados têm como objetivo levar a um estado de desesperança passiva e minar as fontes de coesão individual, familiar e social, levando ao isolamento. Isso faz com que seja mais difícil para essas pessoas buscarem ajuda, mesmo que da própria comunidade, e com isso tendem a continuar em estados de passividade, desesperança e isolamento. Assim, tomando como exemplo a ocupação israelense dos territórios palestinos, os efeitos violentos dessa ocupação estão na origem do sofrimento mental que atinge grande parte das pessoas que residem nesses territórios, com altas taxas documentadas de depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático.

Jabr (2024) sugere que o tratamento das pessoas que sofrem as consequências da violência desumanizante seja feito através de terapia coletiva e de estratégias da psicologia da libertação, o que aumentaria a resiliência e possibilitaria a reconstrução da identidade das

pessoas afetadas, contribuindo para a recuperação psicológica e o bem-estar da comunidade. Jabr também coloca a importância de atos coletivos, incluindo narrativas populares, rituais e justiça restaurativa, além de colocar a arte e o simbolismo como instrumentos potentes de expressão e cura, assim como a realização de intervenções culturalmente sensíveis e contextualmente relevantes para os grupos vitimados por essa violência desumanizante. No artigo do jornal *The Guardian* '*Chronic traumatic stress disorder*': *the Palestinian psychiatrist challenging western definitions of trauma*, para o qual Jabr foi entrevistada, ela aborda relatos de sua experiência clínica tratando de pacientes palestinos, e coloca que, já que não é possível mudar as circunstâncias nas quais seus pacientes estão inseridos, o que os profissionais de saúde mental podem oferecer é solidariedade, reconhecimento, validação e suporte. Ela traz o exemplo de mulheres que perderam seus filhos devido à violência política, para as quais muitas vezes conversar a respeito não as ajuda, pois estão cansadas de falar sobre seus sentimentos relacionados a isso. Nesses casos, o que Jabr observou foi que colocar essas mulheres em contextos coletivos, onde mães na mesma situação pudessem trocar e criar laços, oferece muito suporte a essas mães, sendo uma forma importante de cuidado psicossocial. Outro exemplo dado por ela é em relação aos adolescentes que passaram tempo presos, que dificilmente aceitam ser tratados num contexto clínico tradicional, não querendo ser colocados no lugar de pacientes. Nesses casos, o que a experiência de Jabr mostra é que esses adolescentes conseguem muito suporte a partir de organizações que os colocam em contato com homens adultos que também passaram tempo em prisões israelenses, o que demonstra novamente as potencialidades do trabalho em coletivo, com grupos de pessoas que passaram por experiências parecidas (The Guardian, 2024).

Outras intervenções sugeridas por Jabr (2024) são relacionadas à utilização das próprias práticas de cura da comunidade em sofrimento, com intervenções comunitárias que podem não estar alinhadas com as abordagens terapêuticas ocidentais convencionais, como por exemplo o uso de crenças religiosas e nacionalistas no processo de elaboração do sofrimento, a contação de histórias, a glorificação daqueles que morreram pela violência política, práticas de conexão com a terra e reuniões comunitárias. Ela coloca as possíveis contribuições dos profissionais de saúde mental nesse processo como focadas na solidariedade, em medidas de reparação, na resistência e na responsabilização, na narração de histórias e na cura comunitária, contribuindo para abordar o trauma coletivo para além das definições clínicas. Essas medidas possibilitam a reconstrução do tecido social, a validação das experiências das pessoas em sofrimento, e a promoção da resiliência nas comunidades.

Assim, “abordar o trauma coletivo requer perspectivas mais abrangentes, que vão além de modelos clínicos. É preciso abraçar práticas culturais, históricas e comunitárias e, ao mesmo tempo, reconhecer as injustiças sistêmicas que perpetuam o sofrimento” (p. 62), sendo essencial capacitar as comunidades em sofrimento de forma a entenderem a saúde mental como uma das formas possíveis de resistência contra os impactos das violências nas mentes dos membros da comunidade.

Além disso, a solidariedade com os indivíduos em sofrimento também possui um valor terapêutico muito grande, pois valida a humanidade daqueles que são desumanizados, reconhecendo seus sentimentos e subjetividades, além de aumentar neles a aspiração de serem agentes de mudança nas situações vividas. Assim, a solidariedade ajuda a aliviar a dor psicológica e a alienação causadas pela desumanização. Ademais, a solidariedade tem o potencial de mitigar os efeitos da apatia global em relação às situações desumanizantes vividas, assim como da falta de denúncia desses atos, o que observamos em relação ao genocídio palestino, por exemplo, a respeito do qual não são tomadas medidas para impedi-lo, o que invalida as experiências coletivas do povo palestino.

[Sem a solidariedade], as intervenções dos profissionais de saúde mental podem fazer mais mal do que bem, uma vez que elas não conseguem ser preventivas e podem patologizar a experiência dos palestinos, medicando suas ações e inibindo sua ação, mantendo, assim, o status quo de seu contexto patogênico (Jabr, 2024, p. 152).

Com isso, a autora defende que rotular os indivíduos com diagnósticos e julgar as formas através das quais lidam com seus traumas não promove uma compreensão do que está se passando na vida desses indivíduos, tanto objetivamente quanto subjetivamente. Muitas vezes, se um profissional age dessa forma, pode estar contribuindo para uma exacerbação do sofrimento do indivíduo, quando coloca sua questão como sendo apenas um transtorno mental. Jabr (2024) frisa a importância de serem pensadas alternativas às intervenções terapêuticas tradicionais, pois sugerir práticas de autocuidado, por exemplo, a pessoas inseridas em situação de genocídio e outras formas de violência, não seria uma boa forma de acolher e escutar essas pessoas. A partir disso, vemos a importância de se considerar os contextos nos quais os sujeitos em sofrimento psíquico estão inseridos, principalmente se esses contextos são geradores de sofrimento mental.

Jabr (2024) coloca como exemplo a rotulação de palestinos com Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), um diagnóstico que não dá conta de sua experiência, para a qual as ferramentas ocidentais existentes para investigar esse transtorno não são culturalmente válidas, pois não dão conta da dimensão coletiva e histórica da experiência do trauma. Em seu livro, Jabr explica que há expressões palestinas de sofrimento que não são abarcadas nas classificações ocidentais e que são frequentemente utilizadas por eles para descrever os efeitos da violência e do trauma sobre suas subjetividades. Essas expressões podem ser traduzidas como “sinto que meu corpo está intoxicado, oprimido, exposto à injustiça; que meu desejo está quebrado” (p. 57). Além disso, os instrumentos classificatórios ocidentais não consideram a questão do trauma como algo coletivo e social, o colocando como algo individual, o que não é aplicável à realidade palestina e de tantos outros povos e grupos desumanizados e vitimados por violências sistemáticas. Jabr (2024) frisa que “um trauma coletivo prejudica a integridade do tecido social: a capacidade de estabelecer vínculos coletivos, confiança, visões de mundo e convenções morais” (p. 57). Assim, a dimensão coletiva do trauma deve ser considerada quando se pensam os impactos psicossociais desse trauma, não podendo ser reduzido a algo individual, pois “o modelo individualizado do TEPT ignora os aspectos coletivos da experiência psicológica dos palestinos” (idem). Outro problema relacionado ao rótulo TEPT para os palestinos, que vivem traumas geracionais, é que ele coloca os sintomas traumáticos, como hipervigilância e evitação, como algo que faz parte de uma patologia, por serem desadaptativos para pessoas que já não estão mais inseridas em situações de perigo. No entanto, para a realidade palestina, o trauma é sempre presente e essas pessoas estão inseridas em contextos de risco, perdas e luto diariamente. Com isso, nesse contexto, os sintomas ditos pós-traumáticos são, na verdade, importantes para a sobrevivência das pessoas que os apresentam. O rótulo de TEPT também é inadequado para descrever sintomas apresentados por palestinos pois para eles não existe uma realidade pós-traumática, sendo mais adequado descrever seus sintomas como fazendo parte de um transtorno de estresse traumático crônico, de acordo com Samah Jabr.

Assim, a forma de oferecer tratamento e apoio psicológico a essas pessoas também não deve se limitar aos moldes tradicionais importados do ocidente, devendo se pensar em formas mais abrangentes de ajuda. Critérios diagnósticos ocidentais, que têm um foco individualizado, não colaboram com a compreensão sobre a natureza coletiva do trauma em casos de povos sob ocupação, genocídio e outras formas de opressão e violência. As experiências traumáticas advindas desses contextos muitas vezes causam efeitos que

transcendem os sintomas psicológicos individuais. Assim, “a distinção entre lesões individuais e coletivas compreende o impacto social mais amplo do trauma e expõe causas sistêmicas, em vez de patologizar indivíduos” (Jabr, 2024, p. 61) e deve-se reconhecer e tratar desses impactos variados para fornecer apoio e intervenções adequadas para a realidade desses indivíduos e comunidades.

A autora aponta também a importância das associações de saúde mental se posicionarem em relação às violações de direitos humanos, pois essas violações causam danos graves à saúde mental individual e coletiva dos que sofrem com elas. Assim, não se posicionar em relação a isso, ou se posicionar favoravelmente aos agentes que cometem as violações, é uma forma de desumanizar as populações que sofrem com essas violências, contribuindo para o declínio de sua saúde mental coletiva. Jabr (2024) afirma que “os direitos humanos devem ser extremamente relevantes para os profissionais de saúde mental, exigindo ativismo em resposta à sua violação e negligência” (p. 161). Esse ativismo também é considerado pela autora como uma das formas possíveis de promover a saúde mental dos grupos desumanizados, pois a nomeação das violências sofridas e o posicionamento dos profissionais contra essas violências legitimam a experiência desses grupos, sendo um passo necessário para a cura das feridas causadas pelas violências sofridas.

Jabr (2024) também coloca os atos de resistência como sendo fundamentais para a saúde mental dos povos desumanizados e oprimidos. Ela argumenta que essa resistência tem impactos em nível coletivo, tendo “o potencial de reparar a erosão emocional da comunidade causada pela opressão, [podendo a resistência] retirar as pessoas da impotência apreendida e condicionada e levá-las a ter esperança” (p. 117).

A resistência tem sua origem na necessidade de coerência cognitiva e de uma postura ativa na rejeição da opressão por meio da luta por justiça e de uma empatia genuína com os oprimidos, [representando] valores morais, simbólicos e espirituais de importância crucial para aqueles privados de direitos materiais e tangíveis (Jabr, 2024, p. 117-118).

Assim, “a função da resistência é humanizadora, agindo contra a dinâmica da objetificação individual e coletiva” (p. 118). Para a autora o aspecto mais importante da resistência é o processo em si, e não tanto os resultados finais, sendo esse processo dignificante por si só. Além disso, “a motivação de resistir à opressão mantém uma ideia positiva de um futuro imaginado e, portanto, renova a esperança da libertação” (p. 119). Com

isso, vemos como a resistência confere às pessoas oprimidas uma perspectiva de futuro, cuja ausência é geradora de sofrimento e adoecimento psicossocial. Em seu tratamento de adolescentes vivendo sob a ocupação israelense, Jabr afirma que eles sabem ter um futuro muito limitado pela ocupação, e que normalmente a promessa de um futuro é o que ajuda os adolescentes a manejar sua impulsividade e se submeter à orientação dos pais. No caso dos adolescentes palestinos, no entanto, não lhes é dada essa perspectiva de um futuro possível, o que torna mais difícil para eles controlarem sua impulsividade, além de causar uma vulnerabilidade a “uma identificação concreta com o trauma generalizado, a violência, o luto e a morte ao redor” (p. 77). Assim, a ocupação destrói sonhos, elimina as possibilidades de esperança e amplifica o sofrimento dos adolescentes, o que gera neles um anseio legítimo por liberdade e dignidade, que deve ser apoiado por profissionais de saúde mental, mas sempre considerando as formas através das quais almejam alcançar essa liberdade, pois devem ser protegidos de imprudências que podem colocá-los em perigo nesse processo de resistência à opressão.

Em seu livro, Jabr (2024) aborda o conceito de *sumud*, um termo palestino que foi utilizado desde a época do mandato britânico na Palestina, e que abrange as diversas formas de resistência e resiliência frente ao colonialismo, se referindo tanto a um estado de espírito quanto a uma orientação para a ação. Assim, *sumud* é um conjunto de habilidades e hábitos, representando um estilo de vida de resistência, abarcando a criação de laços de solidariedade e a realização de ações coletivas que mantêm a coesão da comunidade. Um aspecto importante desse conceito é que ele não nega as emoções negativas que surgem a partir das situações de opressão, pois se trata de reconhecer as dificuldades dessa realidade enquanto se mantém a solidariedade moral e social. A partir desse conceito palestino, podemos pensar em sua aplicabilidade para outras realidades de violência e opressão, pois representa uma série de ações que vão além das atuações possíveis do psicólogo em um contexto de clínica particular tradicional, sendo um conjunto de ações que implica a comunidade inteira, com a criação de laços de solidariedade e resistência.

Assim como Jabr, Franco (2021) coloca a importância do coletivo no processo de elaboração do luto e do trauma causados pela lógica necropolítica, sendo possível encontrar suporte para lidar com esses sentimentos a partir da relação com o outro, porque esses sentimentos não são individuais, no contexto de grupos desumanizados. O artigo *Guerra cotidiana: a escuta psicanalítica dos laços sociais ante a violência política* também coloca a

importância da construção de ações coletivas como instrumentos de cuidado e reconhecimento dos sujeitos, em que as pessoas que vivem em contextos de desumanização possam trocar entre si e fortalecer seus laços sociais. As autoras do artigo observaram que isso pode romper com o silenciamento dos afetos e diminuir a alienação subjetiva dos sujeitos frente aos discursos hegemônicos, aumentando a possibilidade de criar estratégias de enfrentamento à lógica necropolítica (Costa; Klautau, 2025).

A partir disso, podemos pensar nos paralelos entre situações de desumanização e violências encontradas no Brasil e nas formas possíveis de se lidar com os efeitos adoeceadores dessa desumanização. O exemplo palestino, com a importância colocada aos atos de resistência e à utilização das técnicas próprias à comunidade para lidar com as consequências psicossociais da desumanização, coloca uma série de possibilidades para se pensar as formas de promover cuidado às demandas de saúde mental em contextos brasileiros de precariedade, desumanização e violência.

Assim, a violência desumanizante tem uma série de efeitos psicossociais, como a objetificação e dessubjetivação de suas vítimas, a fragilização dos laços comunitários, o desenvolvimento de diversos transtornos mentais e sofrimento psíquico duradouro, com consequências históricas e geracionais para a comunidade afetada. A partir disso, as formas de cuidado ofertadas devem ser pensadas através de uma lógica comunitária de solidariedade e resistência às opressões, que leve em consideração os recursos da própria comunidade, de forma a contribuir na reconstrução da subjetividade das vítimas.

4. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi chegar a uma compreensão acerca de como o discurso sobre a dicotomia entre civilização e barbárie se atualiza como um instrumento de desumanização e como essa lógica desumanizante leva pessoas a cometerem atos de violência extrema. Além disso, teve também como objetivo a compreensão dos impactos psicossociais da desumanização e como profissionais de saúde mental podem atuar no tratamento das vítimas dessas violências.

O método utilizado foi a pesquisa qualitativa, desenvolvida através de uma revisão bibliográfica de artigos e livros e de levantamento documental através da análise de artigos de

jornais e outros documentos. Os bancos de pesquisa utilizados foram SciELO, Google Acadêmico e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

No primeiro capítulo, foram discutidos os conceitos de civilização e barbárie, as mudanças ocorridas nas definições desses termos, e como se dá a oposição entre eles. Além disso, foi discutido como esses conceitos foram utilizados ao longo do tempo para justificar e legitimar ações violentas e imperialistas, se atualizando até hoje.

No segundo capítulo, foi discutido o conceito de desumanização, com suas várias definições e características. Foi explorado como essa desumanização se articula nos discursos, como se relaciona com a dicotomia entre civilização e barbárie e como ela leva pessoas a cometerem atos de violência contra aqueles que são normalizados no discurso como inferiores. Além disso, buscou-se compreender também quais são os processos psicológicos e sociais envolvidos nas pessoas que cometem atos de violência desumanizante, e como esses processos se articulam com os discursos desumanizantes. Por fim, discutiram-se alguns dos impactos psicossociais dessa violência sobre as populações afetadas e as possíveis atuações dos profissionais de saúde mental no acolhimento e tratamento dessas pessoas.

As contribuições do trabalho para a área da psicologia são relacionadas principalmente à Psicologia Social, na compreensão dos mecanismos psicológicos e sociais de desumanização do outro que possibilitam a realização de diversas violências, e também são relacionadas à compreensão acerca dos impactos psicossociais dessas violências, compreendendo como os profissionais de Psicologia podem acolher e tratar as pessoas impactadas, além de atuar como agentes de enfrentamento às violências.

Em relação à produção de violência a partir de ideologias desumanizantes, concluiu-se que essas ideologias têm forte influência, mas que também existem diversos mecanismos cognitivos e emocionais relacionados à moralidade das ações empreendidas, o que nos permite compreender as formas através das quais a desumanização a nível psicológico e social pode levar a consequências materiais extremas. Isso poderia abrir um debate em relação à importância da desconstrução de crenças desumanizantes acerca de determinados grupos, e em relação aos mecanismos envolvidos na tomada de decisão moral, o que poderia impedir ou mitigar certos atos de violência, contribuindo assim para a saúde mental de grupos que são desumanizados sistematicamente. Em relação às consequências psicossociais dessa violência, chegou-se à conclusão de que, no tratamento de pessoas em

situações de violência extrema, se fazem necessárias atuações no sentido de promover sua resiliência e fortalecer os laços comunitários, além de legitimar e validar suas experiências, evitando a patologização e priorizando o que a comunidade já tem de conhecimentos e estratégias de enfrentamento e cura frente à desumanização e à violência.

As limitações do estudo foram relacionadas ao fato de que esse trabalho teve como enfoque principal um recorte muito específico, sendo ele o fenômeno da desumanização no contexto da Guerra ao Terror, a partir da análise dos discursos em volta da dicotomia entre civilização e barbárie. Creio que a partir desse estudo pode-se pensar o impacto de discursos desumanizantes e da violência legitimada por eles de forma geral, em diversos contextos. Assim, seria interessante ampliar a discussão para compreender como podemos aplicar os estudos acerca dos impactos de discursos desumanizantes para a realidade brasileira.

Além disso, por representar um recorte muito específico, foi difícil encontrar referências de artigos, teses e dissertações brasileiros para minha pesquisa, não tendo encontrado muitos resultados quando pesquisava as palavras-chave em português, ou encontrando resultados que não correspondiam exatamente ao que eu buscava. Assim, isso indica a necessidade de se realizarem mais pesquisas a respeito do tema da desumanização ocorrida através dos discursos, e de suas consequências psicossociais. Apesar da minha pesquisa ter seu foco no contexto da Guerra ao Terror, por ser um contexto que me chama a atenção, no qual esse fenômeno se dá de forma muito marcante, acredito ser um tema importante de estudo para compreender o impacto das ideologias em atos de violência cometidos em nome de diversas ideologias, que por vezes são tão normalizadas que não são questionadas, podendo levar a consequências nefastas.

Com isso, ressalta-se a importância de se estudar os discursos que permeiam os processos de desumanização, para compreender como se dão esses processos. Além disso, é fundamental que os profissionais de psicologia se atentem aos efeitos psicossociais das violências causadas pelos processos de desumanização, para a partir disso reconhecer as formas de cuidado mais adequadas a serem oferecidas nesses contextos, levando em consideração os laços comunitários e os saberes das vítimas dessas violências.

5. Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha** (Homo Sacer III). São Paulo, SP: Boitempo, 2008. 175 p. ISBN 9788575591208.

ARTI, Sulaiman. The evolution of Hollywood's representation of Arabs before 9/11: the relationship between political events and the notion of 'Otherness'. **Networking Knowledge: Journal of the MeCCSA Postgraduate Network**, v. 1, n. 2, 30 dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.31165/nk.2007.12.23>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BANDURA, Albert. **Moral Disengagement: How People Do Harm and Live with Themselves**. [S. l.]: Worth Publishers, Incorporated, 2015. ISBN 9781319044466.

BAYOUMI, Moustafa. They are 'civilised' and 'look like us': the racist coverage of Ukraine. *The Guardian*, 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/mar/02/civilised-european-look-like-us-racist-coverage-ukraine>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BOWDEN, Brett. In the Name of Civilization: War, Conquest, and Colonialism. **Pléyade (Santiago)**, n. 23, p. 73-100, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/s0719-36962019000100073>. Acesso em: 27 maio 2025.

BOWDEN, Brett. The ideal of civilisation: Its origins and socio-political character. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, v. 7, n. 1, p. 25-50, jan. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369823042000235967>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRUM, Stephanie. Trauma e reconhecimento na clínica psicanalítica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 24, n. 1, p. 75-91, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n1p75.5>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Power of Mourning and Violence**. [S. l.]: Verso, 2004. 160 p. ISBN 9781844670055.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism**. [S. l.]: Monthly Review Press, 2000. 96 p. ISBN 9781583670248.

COHEN, Shuki J. Breakable and Unbreakable Silences: Implicit Dehumanization and Anti-Arab Prejudice in Israeli Soldiers' Narratives Concerning Palestinian Women. **International Journal of Applied Psychoanalytic Studies**, v. 12, n. 3, p. 245-277, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/aps.1461>. Acesso em: 15 ago. 2025.

COSTA, Marília Fernanda Garcia; KLAUTAU, Perla. Guerra cotidiana: a escuta psicanalítica dos laços sociais ante a violência política. **Analytica: Revista de Psicanálise**, v. 14, n. 27, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.69751/arp.v14i27.5763>. Acesso em: 17 nov. 2025.

DORIS, John M.; MURPHY, Dominic. From My Lai to Abu Ghraib: The Moral Psychology of Atrocity. **Midwest Studies in Philosophy**, v. 31, n. 1, p. 25-55, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-4975.2007.00149.x>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FABIAN, Emanuel. Defense minister announces 'complete siege' of Gaza: No power, food or fuel. The Times of Israel, 2023. Disponível em: https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/defense-minister-announces-complete-siege-of-gaza-no-power-food-or-fuel/. Acesso em: 25 ago. 2025.

FRANCO, Fábio Luís. **Governar os mortos: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2021. 172 p. ISBN 9786586497564.

GOUVEIA, Valdiney Veloso. Psicologia Social como Ciência e Prática: O que Pensam Pesquisadores Brasileiros? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 4, p. 491-500, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-37722015042306491500>. Acesso em: 22 nov. 2025.

GRASSIANI, Erella. **Soldiering Under Occupation: Processes of Numbing among Israeli Soldiers in the Al-Aqsa Intifada**. [S. l.]: Berghahn Books, 2013. 168 p.

GREGORY, Derek. **The Colonial Present: Afghanistan, Palestine, Iraq**. [S. l.]: Blackwell Publishing Limited, 2004. 367 p. ISBN 9781577180906.

H. ALAQAD, Mohammed; BENELHADJ, Fatma; HASHIM, Haida Umiera. Framing Resistance: Western Discourse, Double Standards, and the Dehumanization of Palestinians. **The International Journal of Palestine Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-22, jul. 2025.

HASLAM, Nick. Dehumanization: An Integrative Review. **Personality and Social Psychology Review**, v. 10, n. 3, p. 252-264, ago. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1207/s15327957pspr1003_4. Acesso em: 6 maio 2025.

JABR, Samah. **Sumud em tempos de genocídio**. Editora Tabla, 2024. 192 p. ISBN 9786586824803

JACKSON, Richard; LAWLER, Peter; GUITTET, Emmanuel Pierre. **Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counter-Terrorism**. [S. l.]: Manchester University Press, 2005. ISBN 9781526130921.

KELLER-LYNN, Carrie. Netanyahu to Knesset: Fight with ‘Nazi’ Hamas is war between light and darkness. The Times of Israel, 2023. Disponível em: https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/netanyahu-to-knesset-fight-with-nazi-hamas-is-war-between-light-and-darkness/. Acesso em: 26 ago. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção**, . São Paulo, SP: n-1 edições, 2018. ISBN: 9788566943504.

MCKERNAN, Bethan. ‘Chronic traumatic stress disorder’: the Palestinian psychiatrist challenging western definitions of trauma. The Guardian, 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/apr/14/mental-health-palestine-children>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PACWA, Jessica. **War on Terror as a “Fight for the Rights and Dignity of Women”**: a Discourse Analysis of the U.S. “Liberation” Campaign for Afghan Women. 2019. 40 p. Pepperdine University, Malibu, 2019.

SAID, Edward W. **Freud e os não-europeus**. São Paulo: Boitempo, 2003. 105 p. ISBN 8575590480;

SAID, Edward W. **Orientalism**. New York: Pantheon Books, 1978. 368 p. ISBN 0394428145.

SAIFI, Zeena; BORDEAUX, Thomas. Fotos de satélite mostram destruição na Cidade de Gaza; veja antes e depois. CNN, 2025. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/fotos-de-satelite-mostram-destruicao-na-cidade-de-e-gaza-veja-antes-e-depois/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SAVAGE, Rowan. Modern genocidal dehumanization: a new model. *Patterns of Prejudice*, v. 47, n. 2, p. 139-161, maio 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0031322x.2012.754575>. Acesso em: 27 maio 2025.

SAVIH, Luiza; PERELSON, Simone. A PSICANÁLISE COMO OPERADOR DIFERENCIAL: ENTRE DECOLONIALIDADE E OS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 26, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4414-2023-017>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SHAKIR, Omar; AHMED, Yasmine; KUMAR, Akshaya. We Are Seeing Urgent Signs of More Mutual Mass Atrocities to Come in Israel and Gaza. Human Rights Watch, 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/20/we-are-seeing-urgent-signs-more-mutual-mass-atrocities-come-israel-and-gaza> Acesso em: 21 out. 2025.

STAROBINSKI, Jean. **Blessings in disguise, or the morality of evil**. Cambridge: Polity Press, 1993. 235 p. ISBN 0745608515.